



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**JOÃO PAULO FERREIRA DA SILVA**

**O USO DAS TICS NO ENSINO DA LÍNGUA, CULTURA E HISTÓRIA AFRO-  
BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**GUARABIRA-PB**

**2022**

**JOÃO PAULO FERREIRA DA SILVA**

**O USO DAS TICS NO ENSINO DA LÍNGUA, CULTURA E HISTÓRIA AFRO-  
BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

**Área de concentração:** História, Ensino e Currículo.

**Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas**

**GUARABIRA-PB**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586u Silva, João Paulo Ferreira da.  
O uso das tic's no ensino da língua, cultura e história afro-brasileira e africana na escola da educação básica [manuscrito] / Joao Paulo Ferreira da Silva. - 2022.  
67 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas , Departamento de História - CH."

1. Educação. 2. Ensino de História. 3. Cultura Afro-brasileira. 4. TIC. I. Título

21. ed. CDD 370

**JOÃO PAULO FERREIRA DA SILVA**

**O USO DAS TICS NO ENSINO DA LÍNGUA, CULTURA E HISTÓRIA AFRO-  
BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

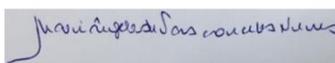
**Área de concentração:** História, Ensino e Currículo.

Aprovada em 11/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Dr. João Batista Gonçalves Bueno (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)

Não há razão de ser ou não ser. Todo sensível é um  
desencontrado no mundo, órfão das possibilidades.  
A Todas, todos e todes que compartilharam comigo  
os espaços da UEPB Campus III no meu processo de  
formação humana, cultural, social e educacional.  
**Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **todos e todas as Paraibanas** que com os seus impostos, fruto da árdua labuta diária, me oportunizaram ingressar no ensino primário e superior, concluindo com esta monografia mais uma etapa da minha vida. Sou eternamente grato aos meus pais, a **Sra. Maria de Fátima Alves de Oliveira** e o **Sr. Antônio Ferreira da Silva** (*In Memoriam*), que mesmo não escolarizados, sempre compreenderam que essa condição não era natural, mas um retrato da desigualdade social e econômico de um País que se convencionou chamar Brasil. Ao meu querido primo **Antônio Gonçalves Ferreira** (*In Memoriam*), que sempre me ofertou fazeres, conhecimento empírico e saberes dos nossos antepassados, ao meu irmão **José Ferreira**, por seus intermináveis questionamentos, a minha irmã **Jardeline Ferreira**, que com os seus votos de silêncio dedicou-se a vida, ao meu meio-irmão **Antônio Adriano Ferreira**, pois sem ele não seria possível escrever este trabalho digitalizado.

Quero externar os meus sinceros agradecimentos aos funcionários e funcionárias da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por seus préstimos serviços. Agradeço também aos professores do ensino básico e aos docentes do Campus III, em especial aos professores **Dr. Waldeci Ferreira Chagas**, **Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima**, **Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes**, **Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto**, **Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior** e o **Dr. João Batista Gonçalves Bueno**. Agradeço a amorosidade e humanidade ofertada pelas professoras **Dra. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega**, **Dra. Alômia Abrantes**, **Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo**, **Dra. Susel Oliveira da Rosa**, **Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes**, **Dra. Francikely Cunha** e a **Dra. Joedna Reis de Meneses** e a todes as outras e outros, agradeço.

Manifesto ainda os meus sinceros votos de gratidão aos nobres amigos e amigas que compartilharam os espaços dessa egrégia instituição, da qual orgulhosamente me eternizo na qualidade de graduado, em especial ao caro amigo **Eduardo Gomes**, por seu companheirismo e amizade sincera, ao sempre solidário, sorridente e prestativo **Severino Batista**, companheiro de noites regadas á café e prosa, ao nobre **Jonhson Danilo Pereira**, sempre critico e direto, ao brilhante historiador **Joallison Moreira**, a geografa **Francinalda Maria**, por suas contribuições no acabamento dessa pesquisa e ao amigo **Ary Rodrigues**, que por muitas vezes foi o meu psicólogo nas idas e vindas de Duas Estradas-PB á Universidade em Guarabira-PB. Externo também meus sinceros agradecimentos aos meus **amigos-irmãos** **Júlio Cesar Miguel**, **Jardel Ferreira**, **Dyego Mota** e **Levi Pontes**, que cada qual a sua

maneira contribuíram de forma significativa para o meu processo de formação humana e social.

Por fim, quero aproveitar este espaço para agradecer e ressaltar a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**) que fomentam respectivamente, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (**PIBID**) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (**PIBIC**), pois as experiências adquiridas nestes programas e as bolsas ofertadas foram fundamentais para a minha formação e permanência na Universidade.

O avanço da ciência e da tecnologia não é tarefa de demônios, mas sim a expressão da criatividade humana [...]. **Paulo Freire (1984).**

## RESUMO

A presente pesquisa tem como ponto fulcral discorrer sobre o uso do aplicativo Alfabantu pelos discentes e os desafios decorrentes dessa proposta. Objetiva-se discutir a intersecção entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, previsto pela Lei nº 10.639/003. Para tanto, nos propomos, ao longo deste estudo, dissertar sobre a relação entre as escolas de ensino básico – precisamente ensino fundamental I e II – os livros didáticos e as tecnologias (sub) utilizadas nas instituições de ensino no Brasil. Utilizamos como fonte para a construção de nossa discussão o ciberjornalismo, desenvolvido por diferentes agências de notícias. Para o desenvolvimento da argumentação apresentada ao longo da pesquisa, recorreremos aos documentos oficiais tais como: BNCC (2017) e PNE (2014), que colaboraram sobremaneira para as conclusões alcançadas nesta investigação. Como aporte teórico, utilizamos as contribuições desenvolvidas pelos seguintes autores/as, á saber: Behar (2009), Carneiro (2009), Freire (1994, 1996, 1987, 2005, 2007) e Gongorra (2018), que colaboraram com o nosso fazer. Em síntese, a presente monografia propõe o uso das TIC's e do Alfabantu como ferramentas no processo de ensino e aprendizagem em História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

**Palavras chave:** Educação. Ensino de História. Cultura Afro-brasileira. TIC.

## RESUMEN

El punto principal de esta investigación es discutir el uso de la aplicación Alfabantu por parte de los estudiantes y los desafíos que se derivan de esta propuesta. El objetivo es discutir la intersección entre las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC's) y la Enseñanza de la Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana, prevista por la Ley n.10.639/003. Para ello, nos proponemos, a lo largo de este estudio, discutir la relación entre las escuelas primarias - precisamente la escuela primaria I y II - libros de texto y tecnologías (sub) utilizadas en las instituciones educativas en el Brasil. Utilizamos el ciberperiodismo como fuente para la construcción de nuestra discusión, desarrollado por diferentes agencias de noticias. Para el desarrollo del argumento presentados a lo largo de la investigación, recurrimos a documentos oficiales como: BNCC (2017) y PNE (2014), que contribuyeron en gran medida a las conclusiones alcanzadas en esta investigación. Como aporte teórico, se utilizaron los aportes desarrollados por los siguientes autores, a saber: Behar (2009), Carneiro (2009), Freire (1994, 1996, 1987, 2005, 2007) y Gongorra (2018), quienes colaboraron con nuestro hacer. En resumen, el presente monografía propone el uso de las TIC y Alfabantú como herramientas en la enseñanza y aprendizaje en Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana.

**Palabras clave:** Educación. Enseñanza de la Historia. Cultura afrobrasileña. TIC

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Imagem 1: Pilares do Programa de Política de Inovação Educação Conectada.....	41
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais equipamentos usados por alunos para acessar a internet .....	35
Gráfico 2: Professores que usam a internet pelo celular .....	36
Gráfico 3: Professores que usam a internet do celular em atividades com alunos .....	37
Gráfico 4: Presença e uso do laboratório de informática .....	39
Gráfico 5: Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola (Diretores da rede pública).....	43
Gráfico 6: Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola (Diretores da rede privada).....	44
Gráfico 7: Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola (Coordenadores pedagógicos da rede pública).....	45
Gráfico 8: Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola (Coordenadores pedagógicos da rede privada).....	46

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba  
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
PNE – Plano Nacional de Educação  
AP – Arquitetura Pedagógica  
MOOCS – Cursos Online Abertos e Massivos (Massive Open Online Course)  
EAD – Educação à Distância  
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem  
REA – Recursos Educacionais Abertos  
RED's – Recursos Educacionais Digitais  
PC – Pensamento Computacional  
ODP – Objetos Digitais Pedagógicos  
CETIC – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação  
G1 – Portal de Notícias da Globo  
IEDE – Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional  
EBC – Empresa Brasil de Comunicação  
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
MEC – Ministério da Educação  
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
APP – Aplicativo Móvel  
CF – Constituição Federal  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM</b> .....	19
1.1 - O Livro Didático .....	25
1.2 - Conteúdos Didáticos para além da Perspectiva Eurocêntrica .....	28
<b>CAPITULO 2 - ACESSO E USO DAS TIC's NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES/AS EM SALA DE AULA</b> .....	32
<b>CAPÍTULO 3 - O APLICATIVO ALFABANTU E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	49
3.1 - Possibilitando o (S) (WEB) Currículo (S) .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

A educação transformadora é construída a partir da interação entre discentes, docentes e os materiais presentes nos espaços de ensino-aprendizagem, estes devem estar sempre a serviço da formação dos/as sujeitos/as. Quando necessário os envolvidos no processo ensino aprendizagem devem recorrer aos mais variados/diferentes métodos, e materiais, e utilizarem-se ou não de livros didáticos, paradidáticos e da tecnologia que estiver ao seu alcance, de modo que tenham enriquecido as possibilidades do fazer pedagógico em sala de aula.

Nesse fazer, os/as docentes devem reconhecer os conhecimentos prévios que os/as discentes possuem, visto não serem tabuas rasas, uma vez que suas comunidades e as famílias onde estão inseridos/as são espaços de socialização, educação, aprendizagem, saberes e fazeres, e em se tratando de tecnologia, tais processos são iniciados cada vez mais cedo. Nessa perspectiva de educação, o/a docente não é o detentor/a do conhecimento, mas o elege como prática, o aprender a aprender, o que lhe permite humanizar-se, aprender ensinando, e ensinar aprendendo, numa troca permanente de conhecimentos, possibilidades, interação e cooperação, entre pares.

O/A docente assume, portanto a postura de colaborador/a, mediador/a da aprendizagem, à medida que estimula os estudantes a se reconhecerem, identificarem-se, e enxergarem-se sujeitos/as do mundo, e parte constituinte de um todo, corpo vivo, e sujeito/a da história.

A partir da perspectiva da educação transformadora, este trabalho prima pela investigação sobre o uso das TIC's na educação - Tecnologias da Informação e Comunicação – e no processo de ensino-aprendizagem, tendo como estudo o desenvolvimento e a utilização do aplicativo Alfabantu, suas possibilidades e impactos no campo educacional, visto que possibilita o acesso à história, cultura, e língua Kimbundu, uma das línguas africanas; tronco formador do português falado no Brasil.

Entendemos que este estudo leva á docentes e discentes revisitam a formação do português falado no Brasil e reconhecerem a contemporaneidade africana neste país, pois buscam vestígios identitários que ressoam no espaço tempo através da língua, num exercício de valorização e reconhecimento das origens do povo brasileiro e sua diversidade reconhecida no tempo presente a partir das referencias linguísticas.

A escolha por essa investigação deve-se ao fato, de a compreendermos como parte integrante do universo de temas possíveis de serem trabalhados e estudados na escola da educação básica – Fundamental I e II e Ensino Médio - visto compor o universo da história da África, conforme determina a Lei 10.639/003, que tornou obrigatório o ensino dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas da educação básica e, reverberou na educação superior, sobretudo, no que diz respeito à formação de professores/as.

Dentre as possibilidades de estudo e ensino está à língua, que se constitui elemento vivo da cultura e história da civilização. Esta se inscreve para além da obrigatoriedade de ensinar os conteúdos relacionados à História, e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas.

Portanto entendemos que o aplicativo Alfabantu faz-se oportuno, uma vez que leva aos/as discentes a possibilidade de conhecerem parte da história da África e dos/das Africanos/as, em especial a língua, e a cultura Bantu, por meio da língua Kimbundu.

Para fins didáticos da aplicabilidade das conclusões aqui alcançadas, trabalhamos os saberes e fazeres voltadas à Arquitetura Pedagógica (AP), proposta formulada por Behar (2009). Tal empreendimento teórico-metodológico propõe unir propostas pedagógicas, com as possibilidades oferecidas pelas TIC's no processo de ensino-aprendizagem. Por Arquitetura Pedagógica pode se entender uma estrutura aberta, visto que dispõe da possibilidade de elaboração e reelaboração. Assim é compreendemos como uma forma de pensarmos e organizarmos o modelo pedagógico, a ser aplicado no currículo escolar.

Deste modo o objetivo desta pesquisa é dissertar acerca da combinação de estratégias, dinâmicas de grupo, softwares educacionais e ferramentas de apoio à cooperação, voltadas para o favorecimento do processo de ensino e aprendizagem por meio do Alfabantu.

Portanto, construímos uma discussão que perpassa pelo olhar que se atenta à reflexão – que se pretende conforme Freire (1976), Schön (1983), Zeichner (1992), Almeida Filho (1997) e Giroux (1997) crítico-reflexiva - sobre a prática docente e as possibilidades que se abrem a parti do uso das TIC's na educação básica, sem nos deixar romantizar sobre esse recurso, visto que este por si só não resolve e nem sana as

problemáticas que envolvem o campo educacional, que esta atravessada por condicionantes raciais, econômicos, sociais, culturais e históricas.

Com isso não creditamos como fim ou solução para as deficiências ou não da educação brasileira as TIC's, nem tão pouco a sua plataformização, que no âmbito da pandemia no Brasil, mostrou-se uma proposta frágil, ineficaz e excludente. Mas acreditamos que elas podem e devem – desde que haja as condições necessárias de formação docente e discente, bem como a estrutura necessária de uso e materiais adequados para o fim educacional - contribuir com os/as docentes no despertar das possibilidades do fazer pedagógico, e nos/nas discentes, contribui para aguçar o desejo por novos estudos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Portanto, para além do exposto, lançamos aqui algumas questões que se fazem oportunas para a reflexão do leitor/a, quanto ao uso das TIC's na educação básica: afinal, elas ampliam ou excluem os sujeitos da educação? Para quem amplia e quem exclui? Quais são as classes sociais que tem acesso a elas, como e por quê? De onde vêm essas pessoas, são pretos ou brancos? A que classe social pertencem, estudam na rede pública ou na rede privada? Essas respostas estão em constante construção. A questão central dessa pesquisa é; Como o Alfabantu, por meio da língua africana Kimbundu aproxima os estudantes negros da escola da educação básica, da história, cultura e língua afro-brasileira e africana?

A resposta a essa pergunta é uma reflexão indissociável a nossa pesquisa, na qual pretendemos elucidar e apresentar dados que possam exemplificar um quadro que sirva de espelho sobre o campo educacional, os/as agentes que os/as compõe e suas condicionantes. Com isto, mostramos como professores podem trabalhar na perspectiva afro-centrada por meio da língua Kimbundu, de modo que esta se manifeste enquanto valor social, cultural e histórico no campo educacional e no fazer pedagógico.

## **CAPÍTULO 1 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) são ferramentas que nos auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, modelo que está se tornando cada vez mais presentes em todas as esferas do processo de aprendizagem e formação, nos mais variados níveis escolares e se inscrevem como um recurso de auxílio com possibilidades diversas. São também uma saída para os momentos de complexidades sociais, seja no trabalho diário em sala de aula ou para fins de comunicação. Elas têm se tornado cada vez mais presente e essencial à formação escolar, universitária e humana, uma vez que amplia as relações do homem e da mulher com o mundo no qual estão inseridos.

Nesse contexto as instituições de ensino têm nessas ferramentas, recursos tais como a informação, podendo reuni-las, distribuí-las, ou compartilhá-las livremente nas redes, hospedando-as em formatos variados, tornando os conteúdos disponíveis em sites e blogs, e assim podem oferecer Cursos Online Abertos e Massivos (*Massive Open Online Course – Moocs*), na modalidade de Educação à distância (EAD), por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sobre diversas áreas do conhecimento. Esses sistemas permitem que professores/as publiquem e armazenem recursos digitais, promovam atividades e realizem avaliações on-line, recebam relatórios de desempenho dos estudantes e gerenciem o processo de aprendizagem, provocando uma sinergia entre a gestão pedagógica e administrativa da escola.

No entanto é importante ressaltar que esses processos não inibem a essencial presença do/da profissional de educação nos espaços de ensino e aprendizagem, o qual deve encarar essas possibilidades, não como a sua substituição, mas tão somente como mais uma ferramenta disponível ao seu trabalho pedagógico, que pode ser manuseada com fins previstos e planejados, tornando-a objeto facilitador do ensino aprendizagem. Freire (1984), em seu artigo “A máquina está a serviço de quem?” publicado em 1984, questiona o uso das tecnologias no campo educacional. As questões levantadas por este educador são no sentido de pensarmos quais seriam os impactos que tais tecnologias, leiam à época, e no texto, o computador, poderia nos causar. E quais novas questões poderiam/deveriam ser levantadas mediante o uso dos recursos tecnológicos nas escolas. E finalmente por que usá-lo, e quem poderia nos dizer esses porquês, e a que tipo de questão ele referiu-se? Ele responde:

O avanço da ciência e da tecnologia não é tarefa de demônios, mas sim a expressão da criatividade humana [...] Quero saber a favor de quem, ou contra quem as máquinas estão postas em uso. Então, por aí, observamos o seguinte: não é a informática que pode responder. Uma pergunta política, que envolve uma direção ideológica, tem de ser respondida politicamente. Para mim os computadores são um negócio extraordinário. O problema é saber a serviço de quem eles entram na escola (FREIRE, 1984, p. 6).

Embora seja possível ainda hoje levantarem-se tais questionamentos, não o são, mas os mesmos. E ainda que o sejam, não mais se discute a importância dos aparelhos tecnológicos fazerem-se presentes nas instituições de ensino, pois mediante um mundo onde a tecnologia cada vez mais ganha espaço, o ser humano se confunde com a máquina, usando-a constantemente, tornando-se metaforicamente parte dela. Sem dúvida os computadores abrem-nos um mundo de possibilidades infinitas, tornando-se material essencial ao trabalho do/a educador/a, e ferramenta primordial no/ao trabalho docente, e para ambos, é hoje indispensável, e necessário nos trabalhos de pesquisas e construções de projetos acadêmicos e de atividades pedagógicas.

Contudo há algo a mais a ser discutido, a saber, a forma como nos relacionamos com as ferramentas tecnológicas, e a serviço de quem estamos colocando o uso das TIC's, e com que intuito? O simples fato de elas estarem ao alcance das nossas mãos não a torna ferramenta de ensino. Devemos nos atentar para o fato de que se faz necessário operá-las de forma eficaz, para que sejam transformadas em objeto de pesquisa para ampliar o ensino de qualquer tema, pois se trata de um recurso material facilitador do processo ensino-aprendizagem.

Por isso, é necessária a formação docente para lidar com as tecnologias, de modo que professores/as possam trabalhar com os estudantes em sala de aula. Para tanto, é indispensável planejamento diretivo e a abertura de uma web currículo calcado em conhecimentos técnicos e pedagógicos, e associado ao currículo material. A perspectiva é a de que ambos os currículos viabilizem o processo de ensino e aprendizagem, e assim docentes empreguem metodologias e visões inovadoras sobre os temas trabalhados em sala de aula. Como contributo de tal fazer estudantes e professores experimentarão novo processo de escolarização. As TIC's por mais das vezes, quando usada de/em modo desplugada da internet rompem as barreiras

geográficas, uma vez que há aplicações de programas que não necessitam de conexão a internet para funcionar, apenas para download e consequente instalação, o que facilita o/a professor/a usar a qualquer hora e lugar.

Para além da necessidade dos recursos materiais, havendo nas instituições de educação básica, deve-se sondar a formação dos/as profissionais e da comunidade escolar quanto ao uso da tecnologia - a fim de que as TIC's não se tornem subutilizadas - como também é indispensável preparar uma estrutura física adequada para a operacionalização da tecnologia de forma proveitosa, e eficiente, tendo em vista que a inovação vem das metodologias, e não apenas da materialização tecnológica e dos espaços de acesso.

São variados os formatos e materiais possíveis de serem utilizados com o uso das TIC's, a saber: texto, imagem estática e dinâmica, sons, vídeos, jogos – que possibilitam a gamificação da educação – animações, aplicativos, softwares de simulação, entre outros programas de computação. Esses perfazem o universo que chamamos de Recursos Educacionais Abertos (REA), quando são de acesso livre e gratuito, ou ainda Recursos Educacionais Digitais (RED's), quando usados em conjunto e são denominados de telemática. Segundo Gongora (2018), podemos entender telemática como:

[...] o conjunto de tecnologias de informação e comunicação resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes), que possibilita o processamento, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados a longas distâncias. (GONGORA, 2018, p. 28).

Portanto, telemática é a ferramenta que utilizamos para a resolução de problemas, tendo por finalidade o uso colaborativo entre professores/as e estudantes. Contudo faz-se necessário o uso de forma compromissada, de modo que não haja dispersão da atenção do educando. Talvez seja esse um dos desafios no processo educacional no/do século XXI, uma vez que a tecnologia está presente na sala de aula, através dos celulares, tabletes, smartphones e outros aparelhos digitais. O fato é que devemos ser diligentes e buscarmos espaço, enquanto educador/a incorporando o quanto possível e necessário for, com vistas a obter excelência no ensino, ou seja, o uso de recursos que corroborem com o desenvolvimento da prática pedagógica, no processo de

ensino e aprendizagem na escola. Deve-se ainda considerar que não há modalidades de ensino melhor ou pior. Pois cada qual tem o seu valor epistemológico, pedagógico no ensino e aprendizagem, que podem ser consideradas mais acertadas ou não, a depender da realidade social, cultural, e geográfica que está imersa a escola, os estudantes e professores/as.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), não é a única, mas é uma das vias expressas possíveis para a mudança de paradigmas na educação, uma metamorfose substancial, sendo uma das maneiras de exercitar a autoaprendizagem, pois oportuniza professores/as e estudantes buscarem e produzirem seus próprios materiais de ensino/aprendizagem de acordo com suas necessidades, fazendo com que o/a discente tome posse dos materiais a sua disposição, e pesquise por conta própria outros materiais, que não foram previamente recomendados pelo/a professor/a, exercitando assim a sua autonomia intelectual.

Os/As educandos/as em seu processo de escolarização devem ter liberdade para pesquisar, aprender e ensinar aos seus pares, bem como ao/a docente, uma vez que não falamos aqui de uma prática educativa performática e normativa, mas via de regra, buscamos conforme Zanata (2004), Capellini (2004) e Mendes, Virangola e Zerbato (2014) um fazer colaborativo-formativo, onde estudantes e professores/as são seres únicos, e com isso chegam por caminhos diferentes às conclusões de suas pesquisas e estudos, de modo e formas diferentes, e que podem e devem ser compartilhados/as entre si, socializados os conhecimentos adquiridos por meio do diálogo que é uma condição humana.

Neste sentido o papel do/a professor/a, é, portanto o de auxiliar os estudantes a serem independentes e conscientes de seus processos de aprendizagem, em que o/a docente, conforme Freire (1996), não é o detentor/a do conhecimento, nem tão pouco dos saberes e fazeres. Nesse sentido os materiais não são também o fim do conhecimento, mas um meio, uma possibilidade a ser explorada, apropriada e questionada, portanto, (des) construída. A partir disto, acredita-se que os estudantes desenvolvam suas competências e qualidades tais como: independência, engajamento, protagonismo, dedicação e empenho, e ampliem os seus horizontes, tornando-se senhores/as de si, não para si, mas para os/as outros/as, uma vez que ampliando o seu repertório de conhecimento, permitem-se enxergarem-se sujeitos/as do mundo, parte

constituente de um todo, corpo vivo, sujeito/a da história, construtor/a da sua própria história.

Ao perceberem-se como seres históricos construtores/as do seu mundo, da sua história, o/a estudante transforma-se em sujeitos/as vivos/as, responsáveis pela mutação do seu espaço, e com isso alto motivam-se, desconstroem-se, para construírem-se em novos seres, dotados/as de capacidades diversas, capazes, conforme entende Freire (1996) e Schön (1992), de agirem dialeticamente em um processo de reflexão, ação e reflexão com eles e com o mundo. Nele encontra a sua metamorfose, e com isso desenha o seu universo, muda a sua realidade, e a de outros/a, passa a construir seus "passos" em direção ao êxito, e a autonomia de si mesmo/a, tornando-se um ser questionador, por isso pensante.

Com isso fica claro que para o uso eficaz das TIC's, se faz necessário antes de tudo estrutura, formação, amadurecimento diretivo, compromisso do/a docente e do/a discente na utilização das ferramentas em sala de aula, e o entendimento/compreensão de que estas estão ao nosso serviço, nos auxiliando a favorecer o pensamento reflexivo, crítico e argumentativo. Essa atuação por sua vez contribui para o desenvolvimento de estratégias e práticas de aprendizagem, organização e construção da autonomia. Autonomia pode ser entendida como propõe Soares (2003), como um processo de amadurecimento intelectual, pelo qual o/a educando/a precisa experimentar para caminhar com suas próprias pernas, em busca do conhecimento, tornando-se protagonista e responsável por sua aprendizagem.

Acredito que até aqui, já foi possível entendermos que as reflexões anteriores nos remetem ao fato que é exigido dos/as estudantes que estes sejam autônomos e ativos. Devendo participar e construir o seu percurso de aprendizagem e conhecimento. Dentre as oportunidades e recursos oferecidos pelas TIC's, bem como materiais didáticos que lhe forem facultados para este processo, assim sendo é papel do estudante junto ao professor/a apropriarem-se destes, o que se torna, entre outras questões primordiais na viabilização da aprendizagem, e poderá estimular à criatividade, a pro atividade e a participação em discussões que ocorrem no transcurso da formação educativa.

Nesse sentido podemos frisar que reside na apropriação, quer seja do material didático ou mesmo das TIC's nos espaços de formação e de educação, o nosso maior

desafio, visto que para ser realizado tal empreendimento se faz necessária à capacidade de cooperação, pesquisa e interdisciplinaridade dos/as sujeitos/as envolvidos/as no fazer pedagógico.

Essas capacidades são essenciais para o bom desenvolvimento de uma educação eficaz, que propicie o ensino, a fazê-lo de forma crítica e reflexiva. Nesse processo se faz necessária à decomposição das problemáticas apresentadas ao longo da escolarização e formação educativa, social e cultural dos/das alunos/a, assim criam-se subproblemáticas através dos pilares do Pensamento Computacional (PC) proposto por Junior (2020), onde se torna possível decompô-los em: abstração, decomposição, reconhecimento de padrões, e algoritmos. Devemos pensar essas categorias dentro de suas etimologias/terminologias, ou seja, de acordo com o seu significado, o tornando significativo durante o curso, evolução, e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A organização deste processo, conforme descrito, poderá proporcionar ao ensino, a ser desenvolvido de maneira crítico-reflexivo, verbalizada, cooperativa, e metacognitiva.

Nesse interim podemos eleger os seguintes estágios: 1) definição de objetivos educacionais a serem alcançados; 2) identificação de conteúdo que serão trabalhados; 3) levantamento dos conhecimentos - sondagem - prévios dos/das alunos/a, uma vez que não são tábuas rasas, e devemos considerar as habilidades por eles/elas trazidas dos mais variados espaços de socialização; 4) atividades cooperativas que envolvam a escola como um todo, podendo até mesmo incluir parte da comunidade onde está inserida a instituição de ensino; 5) mediação, no sentido de que esta seja feita de forma colaborativa, cooperando para o desenvolvimento das atividades propostas; 6) seleção de recursos materiais, e não materiais como sons e aplicativos; 7) estudo do espaço-tempo localizando o/a aluno/a historicamente, estabelecendo relações entre as sociedades históricas e a que ele/ela está imerso/a; 8) planejamento das avaliações e das aprendizagens adquiridas.

Partimos do exposto, e discutimos questões as quais consideramos essências, para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula. Indo de encontro a essas questões, discutimos ao longo desta pesquisa a necessidade de nos reconhecermos no/a outro/a e humanizarmos o nosso olhar, como também apontamos a emergência em nos apropriarmos do material didático, qual seja TIC's ou não, de forma

crítica e reflexiva, o tornando uma ferramenta - para não nos tornamos dela - enquanto objeto da prática docente, sendo necessário encara-los quaisquer que sejam como um recurso, que é um meio e não um fim em si mesmo. Vale apenas ressaltar que o que propomos nesta pesquisa é que as TIC's sejam vistas como um recurso, um dos possíveis a serem trabalhados/utilizados/usados durante o processo de ensino e aprendizagem. Retomamos essa discussão ao longo do texto, passamos a pincelar algumas telas sobre o livro didático, objeto comum no universo escolar e que perfaz parte de nossa visão de mundo.

### **1.1 - O LIVRO DIDÁTICO**

Tomados todos os caminhos até aqui traçados, acreditamos ainda ser necessário nos inteirarmos do cabo de força, ou seja, do campo de disputa no qual o currículo está inserido de forma pensada e proposital, o que coloca as margens alguns/mas sujeitos/as, e os/as invisibiliza, enquanto faz emergir outros/as, ou seja, torna-os/as visíveis. Desta feita podemos fazer algumas considerações correlatas ao livro didático, recurso comum nas escolas públicas e privadas, visto que na maioria das vezes é quem dita o currículo a ser seguido, contudo reiteramos que o compreendemos como um dos materiais possíveis de serem trabalhados no processo de ensino e aprendizagem, consciente de que é necessário questioná-lo, e refletir sobre a sua produção, escolha dos temas que explora, bem como buscar entender os porquês, o que nos ajudará a refletir sobre o real objetivo deste recurso.

O livro didático surgiu há mais ou menos dois séculos, e ao longo desse tempo pesquisadores/as, professores/as e gestores/as escolar formularam as mais diversas discussões, e vem indagando-o constantemente. O debate, e as reflexões críticas levantadas, trouxeram ao longo da história desacordos e acordos, discordâncias e concordâncias entre estes/as sujeitos/as, quanto ao uso e desuso deste recurso, que é material comum e recorrente nas instituições de ensino da educação básica no Brasil. Vários/as pesquisadores/as levantaram ao longo da história, questionamentos sobre o livro didático, mediante análises minuciosas sobre suas abordagens, conteúdos, e as imagens recorrentemente contidas nesse material, visto estarem diretamente integradas e colaborarem com a construção do imaginário social dos/as docentes e discentes.

Por isso, esse material deve ser sempre utilizado sob um olhar crítico e atento, para que não seja concebido como detentor da verdade única, visto que sua produção advém de um lugar social, que nem sempre corresponde ao do/a docente e discente, o que aponta para a necessidade de que tanto o/a aluno/a quanto o/a professor/a, deve se apropriar deste recurso, a fim de desconstruir ou construir novas informações, ao mesmo tempo em que incentiva o debate entre educadores/as e educandos/as, na busca por uma educação que privilegie o diálogo, e que enseje o questionamento, a fim de que a partir de novos pensares se desconstrua o estabelecido, quebrando assim o (contrato) acordo social entre escola, editoras, e governos, na busca pela autonomia intelectual no chão da escola, pois como se sabe, estes recursos não são neutros, e carregam em si uma história autorizada.

Portanto, os conteúdos imagéticos e textuais são selecionados intencionalmente e tem um fim ideológico implícito, qual seja, a construção e manutenção da sociedade desejada por quem detém o poder político e econômico, e passa a determinar o cultural. O livro didático não é um recurso imparcial, ele está carregado da ideologia de quem o produziu, e nem sempre condiz com as de quem vai utilizá-lo para ensinar e aprender os mais variados conhecimentos.

Logo, para além de possibilitar aprender e ensinar conhecimentos esse recurso didático, quando não apropriado/desconstruído, tem como pretensão a manutenção do *status quo* de quem domina a sociedade, o que faz com que permaneça a perspectiva eurocêntrica de história, cultura, ciência, política e sociedade. Há no conteúdo do livro didático um esforço pela manutenção de estereótipos com relação aos/as sujeitos/as negros/as, indígenas, mulheres e suas práticas culturais, o que não possibilita aos/as discentes se reconhecerem nos conteúdos que aprendem. Assim apontamos como necessária a (re) construção de novos conteúdos e conhecimentos que saltem o livro didático, utilizando-o como uma fonte, dentre outras a serem inseridas no contexto da sala de aula, a fim de que seja possível refazer, questionar e ampliar os conhecimentos nele vigentes, ampliando as possibilidades e relações entre os saberes, na busca por uma correlação entre os saberes que produza uma imagética voltada à diversidade e a humanização dos/as sujeitos/as negros/as.

De acordo com as análises propostas por Teixeira (2009), Costa (2004), Silva (2008), Leite (2010), Freitas e Jesus (2011), o imaginário construído a partir do material

didático na escola é permeado por uma imagética negativa sobre o homem e a mulher negra, que são ainda associados/as a uma cultura atravessada pelo sistema escravocrata e a negação dos fazeres e saberes africanos e afro-brasileiros. Essa compreensão busca reduzir e ao mesmo tempo localizar o homem e a mulher preta numa condição única, a de escravizada/o. Trata-se, portanto de uma abordagem reducionista, pois não opera uma visão macro dos processos históricos que resultaram na escravização de africanos/as no Brasil.

Desse modo essa operacionalização atende aos interesses do currículo tradicional eurocêntrico, pois como entende Ribeiro (2002, p. 105) “não parece oportuno, [...] o negro ter um espaço definido/delimitado nos livros didáticos já que este é [...] parte da História”. Sendo assim, é possível asseverar que os recortes operados em algumas coleções de livros didáticos, invisibilizam as práticas de resistência negra contra o colonialismo no Brasil. Trata-se de uma interpretação histórica que subalterniza e colabora para a construção de estereótipos e arquétipos sobre as gentes negras. Conscientes desse processo é papel dos/as docentes instigarem os/as discentes questionarem os materiais didáticos, que devem ser compreendidos/entendidos como um meio e não um fim em si mesmo.

Desse modo podemos afirmar que embora os/as brasileiros/as tenham relações de pertencimento e aproximações com os saberes e fazeres dos/as africanos/as e indígenas, os conteúdos didáticos negam isso. Essa relação de negação é intrínseca ao processo de colonização do Brasil impetrado pelos portugueses no século XVI, visto que muitos homens e mulheres africanas e indígenas eram proibidos/a de praticarem sua língua e cultura, quando de sua in (re) sistência na prática eram punidos/as e até mortos/as. O português invadiu a terra Brasil, mas esta foi culturalmente construída através dos saber-fazer e das práticas indígenas e africanas, que nessa terra foram reinventadas nas ciências, culinária, nas religiões e religiosidades, na língua, nos costumes, entre tantos outros fazeres e saberes tradicionais que deram feição ao Brasil como o conhecemos hoje.

Diante disto, Trajano (2017, p. 16), conclui que os materiais didáticos têm passado por transformações ao longo do tempo, [...] embora nem sempre estes ultrapassem os estereótipos atribuídos às pessoas negras e suas práticas culturais [...]. Segundo a autora as pessoas negras são representadas como trabalhadores/as agrícolas,

domésticas e no meio urbano em posições menos qualificadas. Esse imaginário pode e deve ser objeto de questionamento e reflexão na sala de aula. Para tanto é necessário construir conhecimentos sobre: educação para as relações étnico-raciais e história afro-brasileira e africana, desvelando o papel desses agentes sociais na História do Brasil.

## **1.2 - CONTEÚDOS DIDÁTICOS PARA ALEM DA PERSPECTIVA EUROCÊNTRICA**

Os professores/as da educação básica escolhem livros didáticos, contudo nem todos/as selecionam os conteúdos que utilizam em sala de aula e são os/as responsáveis pela formação escolar de milhões de alunos/as. Os conteúdos do material didático brotam intencional e ideologicamente nas páginas em forma de textos escritos e visuais, com cores e formatos diversos e se apossam dos/as discentes e docentes, de tal forma que sem as devidas reflexões críticas, estes passam a conceber as versões neles contidas como verdade, quando se trata de mais uma versão, e não a única, uma vez que o conhecimento é plural.

O conteúdo como verdade única ocorre quando docentes não questionam-no e não o contrapõem a outros, toma-o como verdade singular e parasitária. A Lei 10.639/003 dá direitos legais aos/as docentes e discentes para questionar o conteúdo do livro didático e ensinar a partir de outra perspectiva cultural, que não apenas a partir da Europa, mais da África também. Tal lei aprovada em 2003, em âmbito Federal, estabelece;

A [...] obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; O parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2009).

Desta feita a aprovação da Lei 10. 639/003 revela uma inflexão por parte do Estado brasileiro, ao colocar em ação, práticas e iniciativas, de ações afirmativas, no âmbito da educação, uma vez que foram propostas novas diretrizes curriculares nas escolas públicas e privadas, que reconhecessem o povo negro como parte integrativa da formação social e cultural do Brasil. Para além do estudo, pesquisa, e ensino nos espaços educacionais, passou-se a entender também o/a negro/a como sujeito/a da História. Cabe ao/a professor/a o papel de reafirmá-lo como tal, ou seja, sujeito/a da história do Brasil, conforme entende Leandro Carvalho, no artigo: *Lei 10.639/03 e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*;

[...] os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas (CARVALHO, s/d).

Partindo desta reflexão acima podemos entender a lei como um processo de luta pela superação do racismo, e a busca da valorização e equidade entre os povos que constituem o Brasil. Porém o cumprimento dessa legislação tem se mostrado um desafio constante, e não garante a sua eficiência apenas por existir, uma vez que os desafios se inscrevem na prática pedagógica, pois ainda que a lei á muito exista, há novos desafios a serem sanados, a saber, a produção de materiais a despeito da temática, e a formação de professores/as há muito realizada na perspectiva eurocêntrica, que não tiveram acesso às discussões que envolvem a temática, ou simplesmente não se interessaram pelo tema, quando de sua formação inicial e continuada, e em hora no seu fazer pedagógico.

Em artigo publicado no site da Nova Escola, intitulado “*Os desafios para implementar história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas*”, Rodrigues e Cardoso, apontam que uma;

[...] pesquisa apoiada e financiada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela UNESCO intitulada “Práticas pedagógicas de trabalhos com relações étnico-raciais na escola”, publicada em 2012, com abrangência nacional, apontou que a desinformação ou desconhecimento da alteração da LDB e dos documentos que a orientam ainda é um dos principais obstáculos para a aplicação da temática.

A falta de recursos didáticos foi o segundo indicador de dificuldade. Em relação a esta questão, ressaltou-se a falta de publicações no MEC com propostas pedagógicas e de instrumentos práticos para a aplicação em sala de aula.

Já do ponto de vista da gestão, a falta de recursos financeiros foi o terceiro indicador de dificuldade no processo de implementação, pois poucas Secretarias de Educação indicaram o recebimento de recursos financeiros específicos para formação neste tema (Nova Escola, 2018).

A partir disto compreendemos que a educação brasileira vem ao longo do tempo comportando-se de forma segregacionista, e comete com isso uma série de violências de ordem simbólica. As crianças, adolescentes, e jovens que estão nas escolas não encontram nelas a sua identidade, mas sim passam a partir destas por um processo de formatação social e cultural – ou tentativa dele – que as induzem a uma cultura branca, cristã e eurocêntrica. Contudo, entendemos, ainda assim, que a escola é um espaço primordial de divulgação dos vários saberes e fazeres, mas que por hora ela tem ignorado os saberes tradicionais afro-brasileiros, sobretudo, os que trazem os/as discentes do seu meio social, e acaba por os/as formatar ao seu bel prazer, contribuindo assim para a perda da identidade negra, nem sempre valorada e contemplada no currículo escolar. Pelo exposto, acreditamos que é evidente a necessidade do ensino como ato político, pedagógico e formador de identidades.

Ainda que o/a docente se interesse pelo ensino da temática afro-brasileira e africana, pode-se encontrar no/a aluno/a focos de resistência a tais conteúdos; marcas deixadas pelo tempo, decorrente do processo de colonização do qual o Brasil foi submetido. Os efeitos desse processo ultrapassaram o espaço/tempo, e ressoa na contemporaneidade nos comportamentos de negação da história e cultura afro-brasileira e africana demonstrados/as pelos/as professores/as e discentes. Negar tais conteúdos é desfazer nossa própria identidade, que por vezes expurgamos e não nos reconhecemos. Identidade que refeita tantas vezes objetivando a perca dos laços africanos que nos une, urge por necessidade de ser uma vez mais buscada, juntando os pedaços da nossa história e cultura que resistiram ao tempo, como as religiões/religiosidades e a língua que se constitui elemento vivo da cultura.

Portanto faz-se necessário possibilitar aos/as discentes buscar a sua identidade a partir do tema África, despertar neles/as a curiosidade necessária para descobrir o seu mundo, desde outrora invisibilizado, o que fez com que tenha se tornado cinza/opaco, quando europeizado branco. São esses alguns dos possíveis desafios que envolvem tal tema, e que o torna ainda mais desafiante de ser trabalhado nos espaços de ensino da educação básica brasileira.

Acreditamos, portanto que o caminho é a formação da identidade do/a sujeito/a negro/a, formação histórica, cidadã, cultural, humana, social, escolar e acadêmica. Uma vez mais, precisamos lutar e resistir, transformar o espaço, o micromundo dos/das sujeitos/as negros/as, combater o bom combate, dizer não ao racismo, educar o nosso olhar, e com isso transformar a sociedade em que vivemos. Tais questões apontam para duas problemáticas, das quais consideramos essenciais para esse debate: 1) subscrever-se como leitura de mundo, a saber, a falta de identidade e familiaridade com o tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2) e a outra de cunho imagético, o que em muito colabora as imagens contidas em livros didáticos e paradidáticos, bem como nos meios de comunicação visual: o cinema, jornal, documentário, novelas entre outras produções que são vetores da imagem do homem e da mulher negra e devem ser encarados como documentos/fontes de estudos.

## **CAPITULO 2 - ACESSO E USO DAS TIC's NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES/AS EM SALA DE AULA**

Para além do que dimensionamos anteriormente, existe uma terceira problemática, qual seja, a da formação docente para o uso das TIC's, bem como sua disponibilidade nas escolas públicas brasileiras. Partindo do que fora exposto até aqui, passamos a discutir uma das possibilidades de ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula, por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), não negligenciando, contudo os percalços e desafios enfrentados na implementação das tecnologias, visto ser indissociável do conhecimento epistêmico-globalizante – ou da necessidade dele - no uso de Objetos Digitais Pedagógicos (ODP).

Devemos uma vez mais lembrar que, a educação não se faz apenas no campo teórico, e sim no chão das instituições de ensino – que traz consigo suas singularidades - sendo assim, o desafio é unir teoria e prática, por que embora sejam elementos essenciais no fazer pedagógico, por mais das vezes esbarramos nas desigualdades epistêmicas e de classes. Essas desigualdades, aqui entendidas na extensão da palavra, são definidoras, e podem dificultar ou até impossibilitar a prática docente e discente, possibilitando ou não a prática interdisciplinar na sala de aula, e na formação superior.

Adotamos para fins pedagógicos da aplicabilidade do nosso fazer, e das conclusões aqui alcançadas, os saberes e fazeres voltadas à Arquitetura Pedagógica (AP), arcabouço teórico que tem por finalidade unir propostas pedagógicas, com as possibilidades oferecidas pelas TIC's. Desta feita o nosso objetivo é dissertar acerca das possibilidades de combinação de estratégias, dinâmicas de grupo, softwares educacionais e ferramentas de apoio à cooperação, voltadas para o favorecimento do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

Inovar na Educação tornou-se uma necessidade de primeira urgência, pois os processos convencionais de ensino e aprendizagem já não são suficientes para atender as novas demandas da Sociedade da Informação, isto não implica na falência teórico-prática-epistêmica de métodos tradicionais, mas aponta para a necessidade da implementação de novas ferramentas, as TIC's a fim de dar uma nova dinâmica na prática pedagógica. A escola é feita de pessoas humanas e não de máquinas tecnológicas é verdade, mas é preciso inovar e dar espaço as Tecnologias da Informação e

Comunicação (TIC's), pois estas parcialmente fazem parte do universo cultural dos/as alunos/as que as utilizam ou não para interagirem com o mundo e adquirir conhecimento de variadas formas, por meio da leitura e produção da escrita em separado ou em grupo.

No entanto, faz-se necessário um direcionamento pedagógico em busca da eficiência, e do uso adequado destas ferramentas, sendo para tanto necessária à presença de um (a) profissional da educação capacitado/a. Estamos convencidos de que a tecnologia pode gerar qualidade, contemporaneidade e equidade, no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos, quando operada de forma direcionada a esse fim, o que tornaria as aulas motivadoras e produtivas, o que não dispensa as metodologias tradicionais e seus materiais, mas as complementa, de modo a possibilitar aos/as discentes alcançar melhores resultados, uma vez que a era da informação e do conhecimento evolui em grande escala e em ritmo vertiginoso.

Assim constantemente somos atingidos/as por uma torrente de novas tecnologias, nem sempre ao nosso dispor, mas que nos é exigido acompanhá-las, familiarizar-se, torná-las nossa – quando temos acesso -, as colocar ao nosso serviço, dimensionar os impactos positivos e negativos que elas trazem calcular possibilidades e probabilidades de uso, e colocar-se sempre no lugar de aprendiz, não para ser menos, mas para nos tornarmos cada vez mais, somarmo-nos ao mundo tecnológico que é nosso, e não nós dele, universo que é obra do nosso tempo, e que teoricamente está ao nosso alcance em diferentes modalidades e em variados níveis, visto fazer parte do nosso processo formador e de formação continuada, enquanto profissionais da educação.

Contudo é importante que não percamos de vista o debate sobre os diferentes e dinâmicos impactos da tecnologia nas relações pessoais, sociais e econômicas, para com isso tornar este tema transversal quando do nosso fazer pedagógico, o que ajudará a dimensionar, refletir e dialogar de forma aberta e equitativa, a partir da ação, quando do uso das ferramentas tecnológicas. Para refletir sobre seu uso e suas dimensões, partimos para uma nova ação, qual seja a de utilizá-las e pensá-las enquanto ferramentas pedagógicas no ensino e aprendizagem, o que nos levará direto a uma nova tríade com uma vez mais; ação, reflexão, e ação, movimento dialético necessário para o uso consciente e não alienador das TIC's.

A missão de dimensionar os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) é um desafio, que se inscreveu no ontem, mas que no hoje não mais é possível adiar esta reflexão. Partindo desta premissa, diversos/as estudiosos/as, tais como Roberto Carneiro, vem realizando pesquisas acerca das inovações, tecnologias e políticas educacionais, definindo a metamorfose pela qual passa o sistema educacional, quando da utilização das TIC's;

Com base na difusão e utilização das TIC's em escala global, a humanidade vem modificando significativamente os modos de comunicar, de entreter, de trabalhar, de negociar, de governar e de socializar. [...] Além disso, em relação aos comportamentos pessoais, as novas tecnologias vêm revolucionando as percepções de tempo e de espaço [...] (CARNEIRO, 2009, n.p).

Com base na reflexão acima, constatamos que segundo Carneiro o uso das TIC's, tomou-se global, à medida que mudou a forma como nos relacionamos com o mundo, mudança estrutural, que demanda com isso uma nova forma de nos relacionarmos. Reforçamos uma vez mais que precisamos viabilizar e potencializar o acesso às novas tecnologias, não sendo necessário apenas conectar as instituições educacionais, mas consolidar e gerar resultados que impactem e integrem as práticas pedagógicas, que devem ser orientadas e direcionadas a inovação nas salas de aula, em busca da expansão de novos horizontes formativos de educadores/as e educandos/as.

A pesquisa TIC Educação 2016, do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), divulgada através do Portal de notícias da Globo (g1), apontou que 52% das escolas utilizam o aparelho celular em atividades com os/as alunos/as, os dados foram colhidos e auferidos entre agosto e dezembro de 2016. Esse dado mostrou que já existe a utilização das TIC's na sala de aula, no entanto, precisamos pensar se existe o direcionamento correto, e as orientações pedagógicas necessárias que criem no/a discente um senso mínimo de educação e compromisso no uso das tecnológicas em benefício do seu processo formativo pedagógico e de aprendizagem, viabilizando a busca por conteúdos diversos que possibilitem a ampliação de sua própria educação. Nesse sentido;

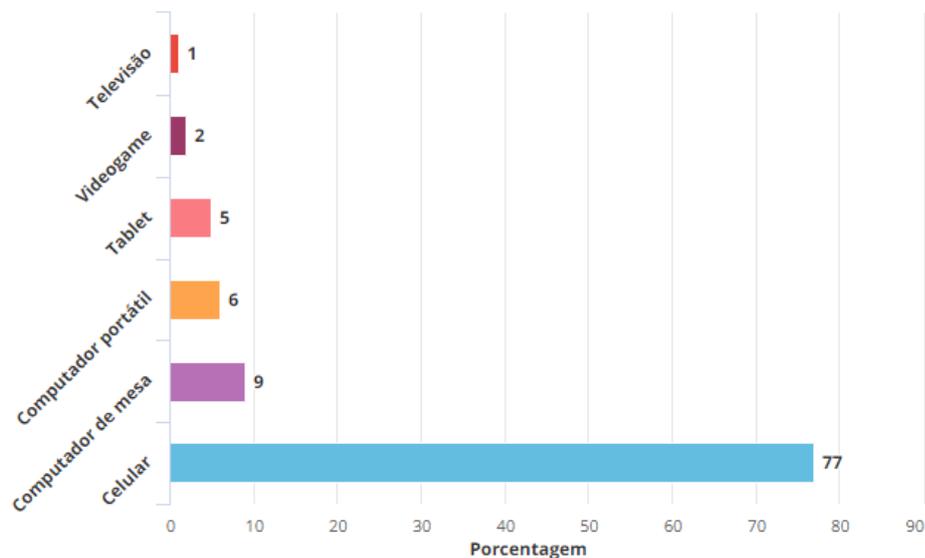
O estudo mostra dados sobre utilização da internet e de celulares em sala de aula, em escolas públicas e particulares em áreas urbanas de todo o país. Foram coletados dados de 1.106 escolas, em turmas de 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 2º ano do ensino médio. Participaram das entrevistas 935 diretores, 922 coordenadores pedagógicos, 1.854 professores de diversas disciplinas e 11.069 estudantes (G1, 2017).

A pesquisa revelou que o número de alunos/as que utilizam a internet via celular representa 77%, e que o uso de computadores de mesa é bem inferior ao dos aparelhos, representando apenas 9% no universo da pesquisa, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico - 1

### Principais equipamentos usados por alunos para acessar a internet

Porcentagem sobre o total de estudantes participantes da pesquisa

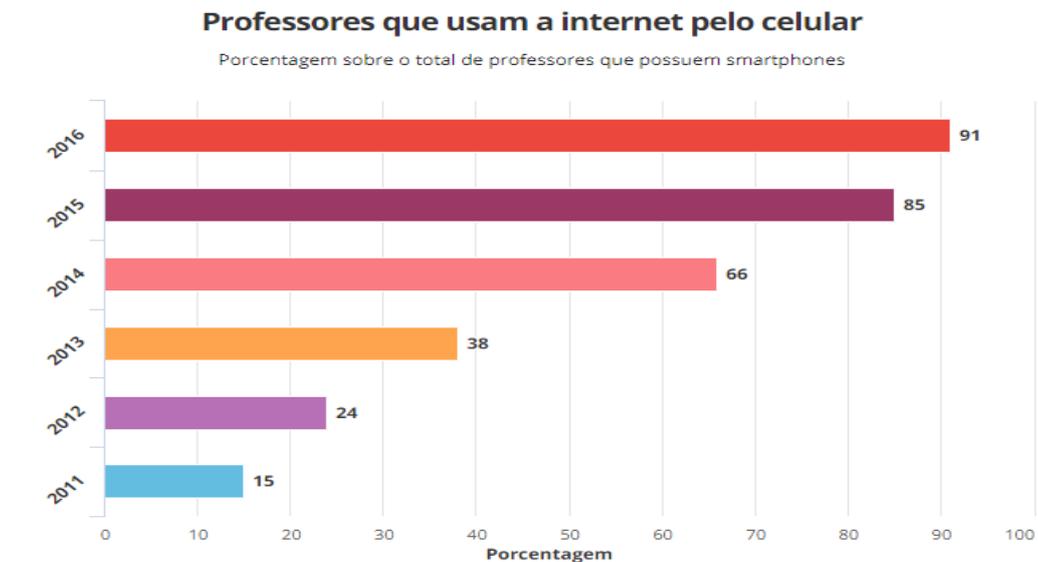


Fonte: CGI.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

Disponível em: [G1.com](http://G1.com) Acesso em: 01 de Maio de 2020.

Esse resultado é decorrente do acesso e portabilidade dos celulares e smartphones, bem como sua popularização ao longo da história, segundo dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, “o telefone celular tornou-se [...], o principal aparelho de acesso à internet, [...] superando os microcomputadores”. Quanto aos/as professores/as, a pesquisa TIC Educação 2016, mostrou que “o acesso dos professores/as a tecnologia aumentou ao longo dos anos: em 2011 apenas 15% deles/as possuíam um smartphone. Em 2016, o número atingiu os 91%”.

Gráfico - 2



Fonte: CGI.Br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

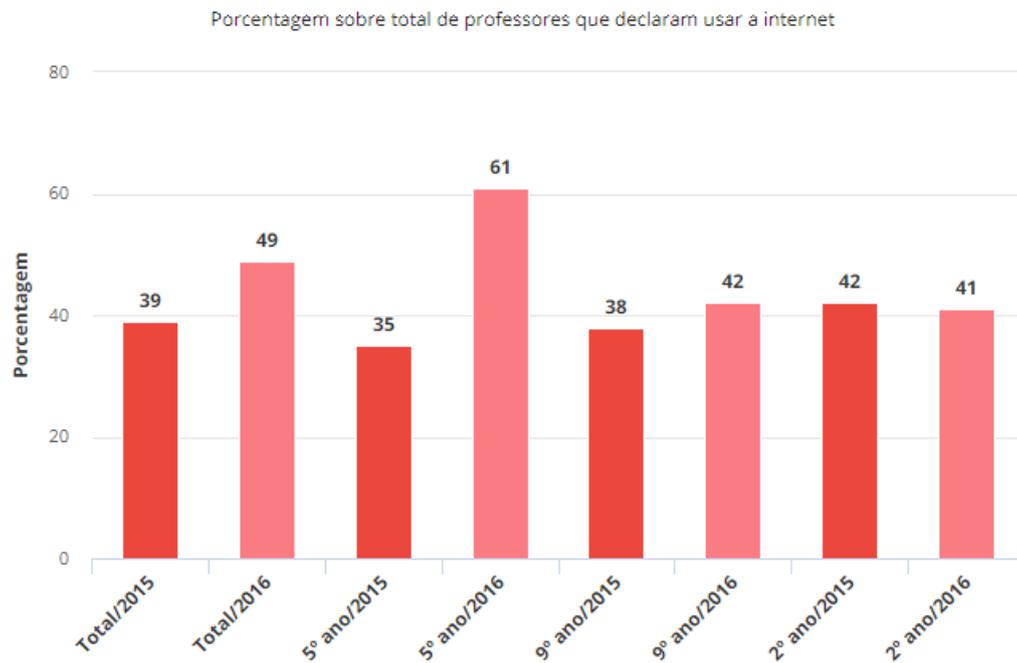
**Disponível em: G1.com Acesso em: 01 de Maio de 2020.**

Dados colhidos pelo (g1) - a partir da pesquisa TIC Educação 2016 - demonstraram que os/as maiores usuários/as de smartphones, entre os/as alunos/as que usam a internet, são adolescentes estudantes do 9º ano do ensino fundamental, 33% deles/as dizem usar os aparelhos na escola, enquanto que no 2º ano do ensino médio esse número salta para 49% dos/as estudantes. Entre as crianças, a utilização é menor: apenas 7% dos/as discentes do 5º ano do ensino fundamental usam a tecnologia na escola. Nesse sentido esses dados revelam que existe alguma familiaridade dos/as educandos/as para com esses aparelhos tecnológicos, e que este, inevitavelmente tornou-se aparelho indispensável do uso humano para a informação, comunicação e formação escolar, podendo ser também uma ferramenta de auxílio ao ensino, aprendizagem e pesquisa, desde que os/as sujeitos/as o possuam e haja o direcionamento adequado para este fim.

Os dados da pesquisa TIC educação (2016) revelaram que nos últimos seis anos, os aparelhos celulares e Smartphones têm sido mais usados por professores/as, no entanto, torna-lo ferramenta para fins pedagógicos é um desafio. Segundo a pesquisa “ em 2016, 61% dos professores declararam que utilizam a tecnologia para lecionar nas turmas de 5º ano, contra 42% e 41% dos docentes de 9º e 2º ano, respectivamente”, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico - 3

### Professores que usam a internet do celular em atividades com alunos



Fonte: CGL.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

**Disponível em: G1.com Acesso em: 01 de Maio de 2020.**

Para, além disto, os dados colhidos na pesquisa TIC Educação (2016) revelaram/apontaram que a utilização dessa ferramenta tecnológica é maior em escolas particulares, do que no ensino público: são 61% de usuários/as contra 46%. Esses dados revelam a existência de uma desigualdade epistêmica – no fazer diário na sala de aula, criando uma discrepância, diferencial e definidora de acesso ao saber – que influi diretamente sobre o acesso às ferramentas digitais, demonstrando a existência da desigualdade social presente na sociedade capitalista moderna.

Esses números apontam duas possibilidades, a saber, a falta de formação continuada no universo das TIC's na educação básica e pública, e a baixa ou falta de conectividade nas escolas. Compreendemos que para gerar igualdade, os governos devem se esforçar para criar as bases estruturantes e formativas, bem como dar acesso igualitário as classes menos abastardas socialmente à rede de internet banda larga, bem como a equipamentos tecnológicos, afim de que sejam realmente integrados ao universo das TIC's. Um estudo realizado pelo IEDE (Interdisciplinaridade e Evidências no

Debate Educacional), e divulgado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com base em dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, mostrou que o Brasil tem a segunda pior conectividade nas escolas entre os países que participaram do levantamento.

Em 2015, 87% das escolas declararam ter acesso à rede sem fio. O número aumentou para 92% no ano seguinte. No entanto, nos dois períodos, apenas 10% delas declararam ter uso livre para todos. No último ano, 21% das instituições informaram que o uso é restrito, com senha disponível para os alunos, enquanto 61% não liberam o acesso para os estudantes (g1, 2017). Segundo a análise, 28,3% dos estudantes do Brasil afirmaram que têm acesso a computadores com internet nas escolas. A porcentagem perde apenas para a República Dominicana, com 28,18%. A média de conexão dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é de 55,9% (EBC, 2018).

Com o acesso privado a privilegiados/as, e o mau aproveitamento desses aparelhos presentes nas escolas, os investimentos se invisibilizam criando a falsa ilusão de que somos um país ‘atrasado’, creditando-nos um acesso irrisório de apenas 23,3% dos/a estudantes brasileiros/as a computadores com conexão via internet nas instituições de ensino. Esse número representa menos da metade do estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 55,9%. Contudo creditamos a falta de acesso de bens e serviços das TIC's a não formação adequada, e o uso equivocado - quando não o desuso - desses recursos tecnológicos para fins espúrios como resultante e/ou definidoras para esses dados. A rigor, é possível aferir a partir de dados de uma pesquisa realizada pelo IEDE, que embora os materiais estejam dispostos nas instituições, falta formação adequada para professores/as e alunos/as para um melhor aproveitamento desses recursos tecnológicos.

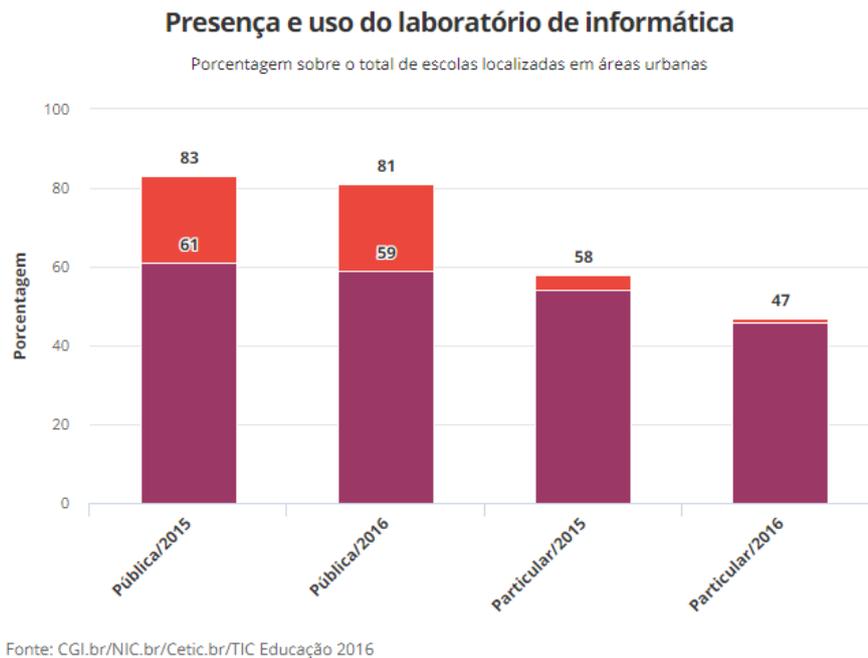
Segundo a pesquisa realizada pelo IEDE (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), com dados obtidos através do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (a) (Pisa), quando perguntados aos/as discentes se a escola tem computadores, 20,19% dos/as alunos/as responderam que a escola possui o equipamento, mas ele/ela não utiliza. Outros/as 28,69% disseram que usam o computador e 26,48% responderam que a escola não tem o equipamento. Esses dados não representa(ram), no universo da pesquisa, a carência de tecnologia nas escolas, mas o desuso delas, uma vez que segundo a pesquisa TIC Educação 2016, do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), divulgada através do Portal de notícias da Globo (g1);

As escolas públicas e particulares apresentam números altos de máquinas disponíveis em sala de aula: 98% e 96% têm computadores de mesa, enquanto 86% e 92% também contam com computadores portáteis, respectivamente. A internet está disponível na maioria das escolas urbanas: 98% das instituições particulares e 95% das públicas declararam possuir o serviço.

Os tradicionais laboratórios de informática são bastante utilizados em escolas particulares, embora estejam em desuso. Do total de instituições que responderam à pesquisa, 47% tem as salas de aula para a atividade, e 46% as utilizam. Na rede pública, o número de laboratórios não aproveitados é bem maior: 81% das escolas possuem o ambiente, mas apenas 59% o usam (g1, 2017).

Com relação a estes dados obtidos durante a pesquisa, o gerente do CETIC, Alexandre Barbosa comentou, em coletiva de imprensa que “embora os laboratórios estejam [...] presentes nas escolas públicas, o uso é baixo. Nas particulares, esse espaço se desloca para a sala de aula, biblioteca, isso mostra um avanço das particulares nesse aspecto” (G1, 2017).

**Gráfico - 4**



**Disponível em: G1.com Acesso em: 01 de Maio de 2020.**

Segundo Leila Iannone, coordenadora da pesquisa TIC Educação 2016 "Essa diferença entre o uso do laboratório em instituições escolares públicas e em privadas traz indícios de novas práticas pedagógicas, mas também de uma apropriação da cultura digital nas salas de aula [...]". Outros dados apontados pelo IEDE (Interdisciplinaridade

e Evidências no Debate Educacional), com dados obtidos através do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), mostraram que;

[...] os estudantes utilizam a internet mais fora do que dentro da escola. No Brasil, 37,65% dos estudantes dizem que não usam a internet na escola. No entanto, o questionário mostra que, fora de casa, 6,6% dos alunos não acessam a rede mundial de computadores durante a semana, e a maior parte (25,89%) acessa a internet mais de 6 horas por dia (EBC, 2018).

Acerca do uso da internet de forma ampla e cidadã, o coordenador de Políticas Educacionais da Fundação Lemann, Lucas Rocha, comentou que: “Pela internet, é possível acessar informações, notícias, serviços. Alunos que não têm acesso a esse tipo de infraestrutura não estão sendo educados a usá-la de forma cidadã” (EBC, 2018). Na tentativa de sanar as problemáticas correlatas à formação dos/as profissionais da educação, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), lançaram juntos o Programa de Política de Inovação Educação Conectada. Instituída pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, essa política pública garante a expansão e sustentabilidade do uso das TIC’s na sala de aula.

Na página oficial do programa é possível constatar as informações acerca deste, tendo como “objetivo [...] apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satélite, e fomentar o uso das tecnologias digitais na Educação Básica”. Segundo o MEC, o programa foi elaborado com quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura que se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de (a) tecnologia digital tenha(m) efeito positivo na educação. O programa pretende capacitar educadores/as, oferecer conteúdos digitais às escolas, investindo em equipamentos físicos para a conexão, apoio técnico e financeiro nas escolas e redes do ensino público brasileiro;

Nesse sentido, o Programa fomenta ações como auxiliar que o ambiente escolar esteja preparado para receber a conexão de internet, destinar aos professores a possibilidade de conhecerem novos conteúdos educacionais e proporcionar aos alunos o contato com as novas tecnologias educacionais.

Sua implementação passou por três fases: (1) indução (2017 a 2018) para construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para

alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica; (2) expansão (2019 a 2021) com a ampliação da meta para 85% dos alunos da educação básica e início da avaliação dos resultados; e (3) sustentabilidade (2022 a 2024) com o alcance de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada. (Educação Conectada, s.d)

Imagem - 1



**Pilares do Programa de Política de Inovação Educação Conectada (Brasil/Mec, s.d). Disponível em: <https://educacaoconectada.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 de Abril de 2020.**

Para adoção a essa política é requerido dos/as interessados/as e envolvidos/as esforço dirigido à realização do programa, mesmo por que, mediante o dinamismo e desafios do dia a dia do professor/a, estudar não é tarefa fácil, contudo o MEC oferece a formação continuada na tentativa de impactar os números negativos até aqui apresentados, mediante a dificuldade da implantação das TIC's no universo escolar-formativo do ensino básico. Deste modo;

Também dentro da Política de Inovação Educação Conectada, está previsto um plano de formação continuada para professores e gestores com cursos específicos sobre práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, cultura

digital e outros recursos educacionais, como robótica. Paralelamente, serão preparados articuladores locais. Entre 2017 e 2018, o MEC vai oferecer (u) bolsas de três meses para 6,2 mil articuladores que vão atuar, em nível local, no processo de construção e implementação das ações na rede.

As adesões seguem abertas e são feitas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Por meio desse sistema, as secretarias de educação estaduais e municipais indicarão, a partir de critérios, as escolas que desejam compartilhar a nova política e que, posteriormente, deverão apresentar um plano de inovação e tecnologia na educação, conforme cronograma a ser lançado. O MEC vai auxiliar na formulação deste plano ao longo do próximo ano (Portal Mec, 2017).

A pesquisa TIC Educação 2016, do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), trouxe dados sobre a percepção dos professores/as acerca do uso das tecnologias que auxiliam no trabalho educativo, nas relações interpessoais entre profissionais docentes e discentes, bem como sobre quais eram, naquele momento, as necessidades a serem sanadas nas redes de ensino pública e particular:

A perspectiva dos profissionais é, em sua maioria, bastante positiva. Segundo o estudo, 67% agora têm contato com professores e especialistas de outras escolas, 77% passaram a se comunicar com os estudantes com maior facilidade e 94% garantem que agora têm acesso a materiais mais diversificados ou de melhor qualidade.

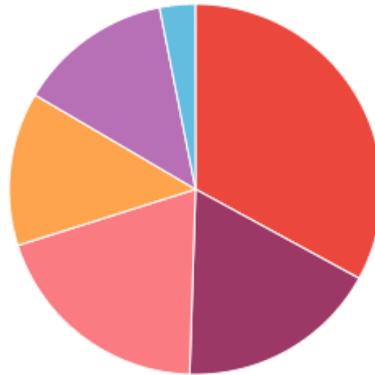
Algumas necessidades de mudança foram observadas na pesquisa. Questionados sobre, diretores e coordenadores pedagógicos das redes pública e privada divergiram sobre o que é prioridade. Para os diretores de escolas públicas, o mais importante é aumentar o número de computadores por aluno. Os colegas da rede privada, no entanto, veem como prioridade o desenvolvimento de práticas de ensino que envolvam uso de computador e internet.

Consultados, os coordenadores pedagógicos da rede também divergem entre si. Na rede pública, as atenções se dividem entre as duas categorias citadas. Os funcionários da rede privada, no entanto, concordam com os diretores de suas escolas e veem o desenvolvimento de novas práticas de ensino como a maior prioridade no momento (G1, 2017).

Gráfico - 5

## Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola

Diretores da rede pública



- Aumentar o número de computadores por aluno: 32
- Desenvolver novas práticas de ensino que envolvam o uso de computador e internet: 17
- Melhorar as habilidades e competências tecnológicas dos professores no uso das tecnologias: 19
- Aumentar a velocidade de acesso à internet: 13
- Aumentar o número de computadores conectados à internet: 13
- Melhorar as habilidades e competências técnicas dos alunos no uso das tecnologias: 3

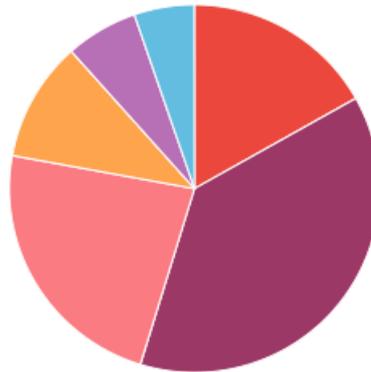
Fonte: CGL.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

Disponível em: [G1.com](http://G1.com) Acesso em: 01 de Maio de 2020.

Gráfico - 6

## Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola

Diretores da rede privada



- Aumentar o número de computadores por aluno: 16
- Desenvolver novas práticas de ensino que envolvam o uso de computador e internet: 36
- Melhorar as habilidades e competências técnicas dos professores no uso das tecnologias: 22
- Aumentar a velocidade de acesso à internet: 10
- Aumentar o número de computadores conectados à internet: 6
- Melhorar as habilidades e competências técnicas dos alunos no uso das tecnologias: 5

Fonte: CGL.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

Disponível em: [G1.com](http://G1.com) Acesso em: 01 de Maio de 2020.

Gráfico - 7

## Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola

Coordenadores pedagógicos da rede pública



- Aumentar o número de computadores por aluno: 22
- Desenvolver novas práticas de ensino que envolvam o uso de computador e internet: 22
- Melhorar as habilidades e competências técnicas dos professores no uso das tecnologias: 20
- Aumentar a velocidade de acesso à internet: 14
- Aumentar o número de computadores conectados à internet: 5
- Melhorar as habilidades e competências técnicas dos alunos no uso das tecnologias: 16

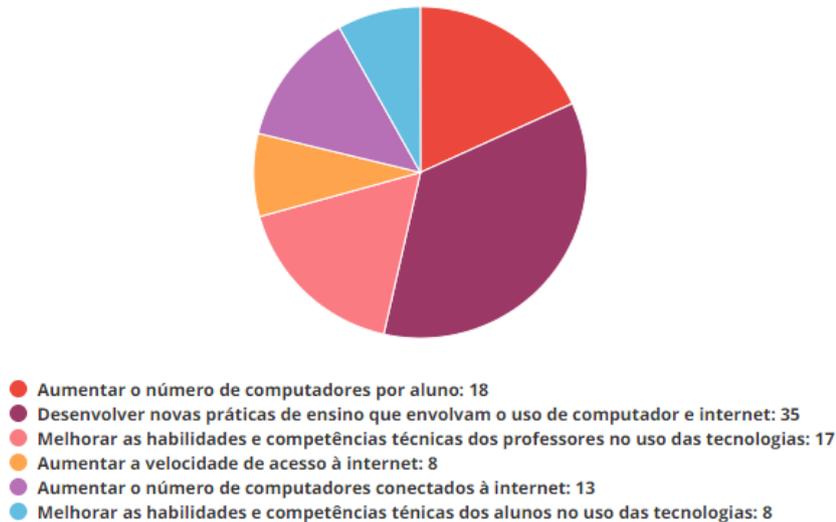
Fonte: CGI.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

Disponível em: G1.com Acesso em: 01 de Maio de 2020.

Gráfico - 8

### Percepção sobre ações prioritárias para a integração das tecnologias na escola

Coordenadores pedagógicos da rede privada



Fonte: CGI.br/NIC.br/Cetic.br/TIC Educação 2016

**Disponível em: G1.com Acesso em: 01 de Maio de 2020.**

A pesquisa revelou haver divergências de pensamento, algo que consideramos mais que importante, uma vez que somos seres pensantes, e em havendo uma disputa de como irá organizar-se o currículo e aplica-lo é necessário nos posicionarmos, buscando pensar no como iremos alcançar os objetivos que o mundo exige dos/as estudantes secundaristas, e dos/as universitários/as, futuros/as profissionais da educação. Em se tratando de inovação, acreditamos que o Programa de Política de Inovação Educação Conectada, dar um passo largo em direção ao futuro, uma vez que busca capacitar profissionais e alunos/as, elegendo para isso quatro pilares, palavras nas quais lembramos ser de suma importância: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura, que como já dito devem agir em conjunto para o bom desenvolvimento da inovação tecnológica na escola.

O programa segundo dados do MEC (2019) tem alcançado cada vez mais um número maior de escolas em todo o Brasil, são mais de 24,5 mil escolas públicas urbanas, que já contam com a formação e instalação de equipamentos tecnológicos, “já são 47.766 das 84.344 escolas urbanas — ou 56% do total — atendidas em todo o país”.

Essa política visa democratizar o acesso e colocar o Brasil em sintonia com outros países que fazem da tecnologia uma forte aliada na educação. Segundo informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), existe quatro pilares para que as escolas possam inserir-se no Programa de Política de Inovação Educação Conectada, a saber: ter um número de matrículas maior que 14 alunos/as; possuir no mínimo três computadores para uso dos/as alunos/as; Um computador para uso administrativo; E ao menos uma sala de aula em funcionamento. Assim;

O Programa Educação Conectada tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. A iniciativa atende o Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou a inserção da tecnologia nas salas de aula. Também prevê a formação de professores por meio do ambiente virtual de aprendizagem do MEC, chamado de AVAMEC. Em 2019, mais de 100 mil docentes concluíram cursos pela plataforma (FNDE, 2019).

Os recursos para promover nas escolas o programa são liberados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A transferência dos valores é feita direto para as escolas estaduais e municipais. Assim acreditamos que o programa contribui para manutenção e melhoria da infraestrutura física, possibilitando a transformação física e pedagógica do ambiente escolar e contribuindo para o aumento do desempenho escolar por meio da existência ou ampliação da experiência tecnológica nas redes de ensino pública.

Diante do exposto é possível visualizarmos em um futuro não tão distante o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação TIC's em maior escala em âmbito educacional, uma vez possibilitada por políticas de ações afirmativas, elaboradas pelo Governo Federal, que viabilizará a formação adequada e equidade no acesso por meio das TIC's, permitindo que façamos uso de forma consciente dos objetos tecnológicos, potentes ferramentas de ensino e aprendizagem, quando assim as usamos e potencializamos a ser, material pedagógico ao alcance de um clique.

As políticas de ações afirmativas perpassam pela necessidade constante de nos reinventarmos, buscarmos o nosso espaço, e demarcarmos as nossas singularidades, em um mundo por vezes pensado performaticamente. Nesse sentido palavras e ações são elementos indispensáveis para marcar a nossa passagem pelo mundo, rompendo com o

dado, recompondo os seus elementos para darmos continuidade, nos inscrevendo nas singularidades e permanências, marcas humanas, de quem se percebe inacabado/a, e que necessita com isso reinventar-se, resistir, e caminhar em direção a uma sociedade onde os lugares de pertencimento sejam visto de forma menos díspar, desiguais, diferentes, dissemelhantes.

Nessa reflexão é impossível não pensarmos em um elemento, primordial no processo de escolarização do sujeito, a humanização. Humanizar-se é também se torna benévolo/a, por isso amoroso/a, sociável. Essas categorias podem e devem ser pensadas no processo de ensino e aprendizagem, visto ser feito por e com pessoas. Tomados tais subterfúgios, estratégias que tornamos nossos/as, é possível socializar-se e aprender a ensinar, e ensinar aprendendo, para que esta seja uma troca infinita de conhecimentos, possibilidades, e cooperação, entre pares e alunos/as.

Para tanto o/a docente, toma postura de mediador/a da aprendizagem, ao estimular os/as alunos/as a se reconhecerem, identificarem-se, e enxergarem-se sujeitos do mundo, identificarem-se com a sua cultura e os laços históricos que a compõe, na certeza de que a escola não deve ser o espaço da indiferença para com o/a outro/a, mas sim um lugar de convivência mútua que permite ao aluno/a, professor/a, pesquisador/a, observar a vida, e as singularidades que nos torna diferentes pessoas, mas não indiferentes uns aos/as outros/as, e as nossas origens linguísticas, sociais, históricas, políticas, e culturais.

Este caminho pode aparentemente ser tortuoso, mediante os desafios que compõe a carreira docente, mas é possível mediante uma prática humanizada e humanizadora, pois pensar a educação por meio de tais práticas, é ainda relega-la a buscar fazer com que os/as discentes tenham na escola o lugar da diversidade, o que proporciona que se encontre com e nela, não sendo um número, objeto de uma educação que o performatiza, desconstrói e que desconsidera a sua cor, raça, e pertencimento, mas que ao invés disto os valoriza, não para torna-los mais, ou melhor, em detrimento dos/de outros/as, mas para reconhecê-los/as, valorizando-os/as a fazer com que se reconheçam parte integrante deste universo, o afro-brasileiro e africano.

### **CAPITULO 3 - O APLICATIVO ALFABANTU E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Como já discutido, são inúmeros os desafios, resistências e dificuldades para se implementar as temáticas afro-brasileiras e africanas no currículo da escola de educação básica fundamental I e II, bem como no Ensino Médio, de modo que nos resta contar com iniciativas pontuais por vezes são inovadoras, essenciais no enfrentamento do preconceito e resistência a tais temas. Na perspectiva de buscar soluções que possam corroborar com o rompimento do currículo eurocêntrico têm sido desenvolvidas diversas estratégias de ensino e aprendizagem, sobre o universo que integra o mundo afro-brasileiro, dentre os quais o Alfabantu, esse aplicativo foi criado;

[...] pensando em aproximar as crianças de alguns elementos desse universo o quanto antes e por outras vias, além das instituições de ensino, o historiador Edson Pereira e a socióloga Odara Dèlé decidiram criar um aplicativo de celular, o Alfabantu, destinado ao ensino da língua falada pelo povo Kimbundu, de Angola.

A ideia nasceu quando ele ainda cursava História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. [...].

Um dos objetivos é aproximar a África das crianças brasileiras que, muitas vezes, passam a infância sem conhecer a história dos seus povos originários (LUNETAS, 2018).

A língua é um elemento primordial, e parte integrante da cultura e história de um povo. Como já dito anteriormente, a língua é um elemento da cultura, que integra o poder e deve compor o universo a ser explorado pela temática afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas. Assim o/a docente pode usar dicionários, filmes ou aplicativos, utilizando-se das TIC's; celular, tablet ou computador, o que amplia a possibilidade em horas de estudo e dedicação por parte do alunado. O Alfabantu é essencialmente um Aplicativo Móvel (App), semelhante á um jogo, lançado em Novembro de 2017, numa versão para crianças e está disponível para download gratuito na Play Store.

A aplicação pode ser usada durante todo o processo de ensino e aprendizagem acoplado as mais variadas temáticas – tornando-se por isso, via da interdisciplinaridade - como em História, quando da aplicação de conteúdos que contemplem temas voltados á cultura e História Afro-Brasileira e Africana, linguagens, e sociologia, uma vez que numa discussão sobre o Continente Africano e suas singularidades, tornar-se-ia oportuno uma reflexão acerca de nossas correspondências, a exemplo do fato da língua

portuguesa falada no Brasil, ter origem no Kimbundu. Este fato nos renderia facultar e ampliar o leque de possibilidades para outras análises, quais sejam de cunho histórico, linguístico, cultural e social. Por sua praticidade de uso, até mesmo desplugado (off-line), o Alfabantu tem como finalidade auxiliar no processo de aproximação e alfabetização do discente na língua africana Kimbundu. Ademais este nos abre outro precedente, qual seja o de aplicarmos em comunhão uma série de reflexões, a saber: O que fomenta o preconceito racial contra os/as negros/as se somos irmanados pela língua e cultura negra? Quando a contribuição destes é visível no nosso dia a dia? E a quem interessa a manutenção desse pensamento de negação de pertencimento? Como podemos enfrenta-lo?

Para tecer o novo tecido de linho gente cor, precisamos evidenciar as contribuições de homens e mulheres negras, que apesar do cárcere a eles/elas impelidos, aqui estiveram irmanados, e por isso lutaram bravamente, reinventaram-se cultural, social, e religiosamente, deixando as sementes que brotam nos mais diferentes aspectos históricos, dentre os quais, a língua kimbundu. O desconhecimento da influencia do kimbundu sobre o português forçosamente criado no Brasil para colonizar, mantém o *status quo*, do qual parte-se das premissas mais hediondas que perduram á muitos séculos, de que ‘somos uma extensão de Portugal, entre outros absurdos. Portanto, esse pensamento atende á uma elite branca, que concentra parte significativa do capital financeiro, e que por extensão busca delinear a vida política, social e cultural do país, inclusive capitalizando práticas negras como a capoeira, e invisibilizando a sua relação com a cultura e as religiões negras.

Deste modo podemos concluir que é necessário um mergulho no mundo afro-brasileiro, que nos possibilitará conhecer, aprender, e reconhecer as contribuições do povo Bantu, e de outros povos negros da grande diáspora africana no Brasil. Não se trata de relegar as práticas negras apenas ao povo negro de forma mesquinha e absurda, - pois ela é arte para o mundo todo, e vice-versa – mas sim reconhecer a sua presença na formação nacional. Nesse mergulho histórico, social, e cultural, conhecendo, aprendendo e reconhecendo, passemos a divulgar, tal qual essa escrita se propõe fazer, sendo essa uma forma de visibilizar parte do universo africano através da língua no cotidiano, e enfrentar o preconceito contra a cultura negra, ao levar como proposta o uso do aplicativo Alfabantu em sala de aula, como recurso tecnológico-pedagógico-didático.

Partindo dessas simples reflexões - nem por isso se fazem simplistas - acreditamos ser esta a chave para socializar a discussão, com a permissividade dos/as envolvidos/as, de forma didática e reflexiva, engajada e consciente. Sabendo-se conscientizados/as, os/as envolvidos/as serão divulgadores/as das ideias, levando-as de alunos/as aos familiares. A nossa busca é, portanto por uma educação que não seja um fim em si mesma, mas construída no coletivo, também por isso levada ao conjunto da sociedade, atingindo e tingindo esse tecido social, que embranquecido encontra-se pálido e sem cor. Compreendemos que é neste tecido, onde ocorrem de fato as mudanças que empreendemos e compreendemos necessária, e que pretendemos contribuir com pinceladas que darão cor e vida, pintando um novo quadro, a partir das possibilidades aqui levantadas.

Estamos convictos de que a aplicação foi desenvolvida com, dentre outras intenções, a de ampliação, comodidade, e praticidade do/a/ao usuário/a, visto não necessitar de conexão á internet para funcionar, bem como na busca por inclusão dos temas afro-brasileiros e africanos na educação básica. Segundo Odara (2018) “a gente está muito ligado ao celular, mas o importante é pensar quais conteúdos são vistos. Podemos potencializar esse uso de forma positiva. As crianças podem permanecer com o celular em mãos, mas acessando conteúdo de qualidade”. O conteúdo disponível na aplicação é lúdico, inovador, dinâmico, didático e interativo, com animações, feito para atrair o público. O App é uma ferramenta que auxilia o/a usuário no combate ao preconceito e racismo, visto que os aproxima da língua e cultura Africana. O Alfabantu une acessibilidade e informação, e as crianças, adolescentes e jovens brincam e aprendem ao mesmo tempo.

A aplicação é dividida em duas partes: Vocabulário e Questionário. A primeira parte conta com seis seções, na primeira um contato direto com a língua, onde é apresentado o alfabeto, partes do corpo humano, números, animais de variadas espécies, familiares e diversas outras palavras na seção saudações. Na segunda parte, os/as usuários/as testam os seus conhecimentos, adquiridos com o uso do aplicativo através de um glossário-quiz (questionário), formado por variadas palavras do alfabeto Kimbundu. Essa sessão é pensada como estratégia de aprendizagem-memorização, usando o método associativo entre figuras representativas e palavras.

Trata-se de uma experiência de Educação, inclusão e diversidade, compostos que juntos são as armas necessária à luta contra as ameaças produzidas por tempos de censura e de projetos de ‘despartidarização’ das salas de aula. Nesse sentido, instrumentos tecnológicos que incentivem a diversidade são iniciativas mais que bem-vindas, tornam-se indispensáveis na busca de uma educação equânime. Em entrevista à Hypeness, Odara ressaltou;

“Eu acredito que a infância é um momento importante na construção de ideias e pensamentos. De identidade. E partir do momento que as crianças conseguem ter um contato ou com uma cultura diferente, ou mesmo com a sua cultura original, elas conseguem ter um fortalecimento identitário, se reconhecendo e entendendo outras perspectivas sobre o mundo” (HYPENESS, 2018).

A semente está lançada ao solo, e esperamos que ela germine, brote, cresça, floresça e dê bons frutos, e que esse seja mais um passo em busca da solidificação pela (re) afirmação das conexões (pré) existentes entre África e Brasil. Se há muito se acredita que as crianças são o futuro do Brasil, podemos também apostar nelas, plantando no presente uma educação que busque educar o seu olhar, e que contribua para a construção de um mundo melhor, para tanto, é necessário tornar o processo de aprendizagem significativo, buscando as similaridades entre Brasil e África;

“Essas crianças conseguiram perceber, primeiramente, que as contribuições da população africana são fundamentais para compreensão do que é o Brasil hoje. E outro processo extremamente importante, é a localização e a compreensão de que cada país tem uma lógica cultural. Então, os alunos conseguem, de fato, desmistificar o que é o continente africano, o que seria aquela África que é um país, mas na verdade é o continente africano”.

[...]. A interatividade transforma a dinâmica do aprender dentro da sala de aula. Com o Alfabantu, a professor consegue contar com subsídios consistentes os caminhos percorridos pelos Bantu até chegarem ao Brasil e também a forma com que estabeleceram sua cultura do lado de cá do Atlântico (HYPENESS, 2018).

Desde que foi liberado para download, o aplicativo tem alcançado milhares de pessoas não só do Brasil, mas segundo Odara, também de Angola, Portugal e Reino Unido. Tal sucesso é uma amostra de que as pessoas estão sim interessadas em conhecer a língua, história, e cultura africana, quiçá afro-brasileira. Como já comentado, em 2003 alcançamos um passo largo em direção no reconhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com a Lei 10.639/003. No entanto não é o suficiente, uma vez constatada por variadas pesquisas a dificuldade em se trabalhar os temas relacionados à temática africana e afro-brasileira. Sendo assim são plausíveis iniciativas que possam repensar o currículo,

materiais, metodologias, e o próprio processo de ensino e aprendizagem. Empreender esses esforços tem se mostrado necessários ao tabuleiro do ensino, é o que analisa Odara;

“A Lei foi importante no sentido de repensar as metodologias e a forma como o continente africano é abordado e principalmente para tentar desconstruir os currículos, que são engessados e eurocêtricos. Entretanto, ainda existe uma movimentação lenta e árdua para que, tantos os alunos quanto os professores, mudem suas posturas em relação ao outro e principalmente o olhar sobre o continente africano. Os meios de comunicação ainda trazem referenciais muito negativos sobre o continente africano e esses meios têm um poder muito forte sobre a população”, analisa a professora (HYPENESS, 2018).

Compreendemos a partir do exposto que a instrumentalização, equidade, uso das TIC's de forma organizada e consciente, perpassa pela transformação do espaço físico, bem como por uma mudança de comportamento, da educação do nosso olhar, de reeducação histórica, social e cultural. Somente trilhando esses caminhos será possível fazer valer as duras/ínfimas conquistas que foram possíveis ao povo negro nos últimos anos, aqui a despeito do homem e da mulher negra como ser histórico, entendido em sua diversidade e singularidade. Esse papel cabe ao professor/a, que para tanto terá que usufruir do seu posto enquanto educador/a, fazendo dele um ato político e formador, no sentido de fazer conhecer as contribuições das gentes negras, e com isso educar o olhar das crianças, adolescentes, e jovens tornando-os interventores/as, de modo a buscar viabilizar lançar um novo olhar sobre os homens e mulheres negras no processo histórico e humanizador, garantindo ao povo negro o seu lugar, enquanto sujeitos históricos e humanizados, e por isso não colocado as margens, e sim como parte integrante da sociedade e de sua construção.

Portanto podemos entender o uso do Alfabantu na educação básica como um salto que nos proporciona “escavar as raízes destes “empréstimos lexicais” e entrar em contato com o Kimbundu é trazer à tona a história e a identidade desse povo e, conseqüentemente, valorizar sua contribuição para cultura afro-brasileira” (Labeledu, 2018). As marcas Bantus são identificadas quando conhecidas, por exemplo, existe em nosso vocabulário diário o uso de palavras como: moleque, caçula, coca, moleque, jinga, e canjica dentre outras, o que não se sabe, no mais das vezes é que elas têm origens no Kimbundu. Esse desconhecimento é resultado do processo de colonização, uma vez que os povos escravizados eram obrigados a abandonar sua língua, cultura, suas práticas sociais e religiosas. Podemos encontrar o Kimbundu “dentro dos terreiros de candomblé Angola, cuja manutenção da fonética é grande, quando permanecem rezando e cantando a cultura trazida pelos angolanos”.

No Alfabantu, as palavras em Kimbundu são apresentadas com sua tradução para o português, a pronúncia e uma ilustração. “O áudio permite esse outro conhecimento, pois a pronúncia, mesmo das palavras incorporadas pelo português brasileiro, é diferente. O Kimbundu é uma língua mais nasalada”.

Com o auxílio da tecnologia, é possível elaborar planos de aula que deem conta, por exemplo, de apresentar o continente africano sem estereótipos, contemplando toda sua diversidade étnica-cultural. “Ainda se tem essa falsa ideia de que a África é um país só, mas o continente é muito múltiplo e diverso. E explorar suas línguas é um caminho para essa descoberta”, aponta Odara Dèlé, (LABEDU, 2018).

As palavras que sobreviveram ao tempo, ao espaço, a colonização, a diáspora, são nossas sementes de esperança de sermos reconhecidos/as enquanto parte constituinte de um povo fundador, de uma nação que veio a ser Brasil. A nossa língua não veio de Portugal, mas sim foi (re) inventada, com significativas contribuições dos diversos povos africanos, assim como dos/as indígenas – povos originários - e europeus. A socióloga Odara Dèlé é professora da rede de ensino estadual de São Paulo, é uma das criadoras do aplicativo, e nos mostra um dos caminhos possíveis de trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, usando o App Alfabantu na sala de aula;

“O aplicativo está sendo usado principalmente entre as crianças de 7 a 9 anos, na rede municipal, com os alunos do Edson, e o feedback está sendo bem positivo”, afirma Odara, que também usa o App para trabalhar o assunto nas aulas de sociologia no ensino médio.

“Trabalho a história e cultura do continente africano como um todo e depois vou me aprofundando na Angola e na língua Kimbundu. Os resultados têm sido bastante positivos [...]” (Revista Galileu, 2018).

Assim todos os caminhos empreendidos com um pico de sinceridade e dedicação, nos leva a eficiência do ensino humanizado(r), que busca a partir de, humanizar uns aos/as outros/as, nos incentivando a tomar os caminhos possíveis, a saltar os obstáculos, e, sobretudo, recuperar a nossa humanidade. Humanizar uns aos/as outros/as, é o caminho para a liberdade, que não ocorre se não por esforço mutuo e conjunto, como nos fala Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1987), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Esse caminho será possível mediante a conscientização, que advém do esforço que vem/está sendo empreendido por uma série de iniciativas, tais como a luta dos movimentos negros organizados pela aprovação da Lei 10.639/003, bem como pela sua efetivação prática, que toma como ferramentas as invenções do seu tempo, como o Alfabantu, aplicação que nos liga a África por meio de um laço que transpõe o Atlântico, a língua. Assim não basta, tão somente e apenas que, nos engajemos na luta pelo reconhecimento da História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana, é necessário ainda, que nos enxerguemos enquanto povo parte de uma grande família, mas que código genético, como nos diz Freire (2005) “[...] esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (FREIRE, 2005, p.59).

Entendemos por práxis um conjunto de ações, que não estão apenas no concreto/indelével, mas aparece sobre maneira no efêmero, uma vez que aqui como já dito, a toda ação, cabe uma reflexão, e com ela uma nova ação. Assim compreendemos que podemos nos engajar de maneira pensada, traçando nossos objetivos, nos conscientizando da luta que empreendemos e nos humanizando, para que seja possível compreender o/a outro/a, o/a tornando nosso/a. O nosso esforço deve buscar como arcabouço de nossa prática em Paulo Freire, no livro “Cartas à Cristina” (1994), onde o autor compreende que o/a sujeito/a conscientizado/a tem uma compreensão diferente da história, e do seu papel enquanto sujeito histórico. Com isto ele/ela se recusa a se acomodar, mobilizando-se e organizando-se para mudar o mundo ao seu redor, mundo que é resultado de sua atuação social e política.

Observemos que essa mudança não ocorre por força solitária ou por força conjunta física bruta, e sim por meio de um processo que insere o/a sujeito/a na história, em conjunto com outros/as empreende uma luta de bandeira comum, em busca da/por sua humanização. Essa busca não é conflituosa em termos bélicos, ela busca ao mesmo tempo recuperar e humanizar o/a outro/a, assim ela transforma uns/umas aos/as outros/as na e durante a ação, devendo nesse instante sofrer a intervenção precisa e necessária para cambiar uma reflexão, que nos levará a novas ações que cada vez mais contribuirão no processo de reconhecimento do/a outro/a enquanto ser humano, humanizados/as e conscientizados/as uns/umas pelos/as outros/as.

Reconhecemos que essa tarefa é difícil, árdua e conflituosa, mas a confiamos aos/as professores/as vocacionados/as pela amorosidade, humanizados/as e conscientizados/as do seu importante e indispensável papel, puxar o cabo de aço do currículo, não para caminhar para uma alienação ideológica, mas para o campo da apropriação/reconhecimento dos fazeres e saberes que devem ser (re) inventados o quanto possível nos espaços de ensino e aprendizagem, não para invisibilizar um currículo em detrimento de outrem, nem para fazê-los mais ou menos que outros, mas para que o ensino seja antes de tudo promotor da conscientização, força propulsora de humanização, facilitado por meio de aplicações

pedagógicas diversas, mas não por isso generalista, que sem medo de arriscar-se busca fazer uso de todas as ferramentas que compõe o universo disponível.

### **3.1 - POSSIBILITANDO O (S) (WEB) CURRÍCULO (S)**

As reflexões até aqui colocadas sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, TIC's na educação, nos imprime a necessidade de pensarmos para além do currículo tradicional escrito, e com isso surgiu à oportunidade de discutirmos a metamorfose pela qual será necessário passar alguns conceitos, a saber: os letramentos, que passam a ser multiletramentos e o próprio currículo que deve ser complementado por um webcurrículo. Contudo, isso não significa a inexistência do currículo escrito/tradicional, mas abre o precedente em trabalhá-lo de forma articulada, para possibilitar o uso das TIC's na sala de aula. Por isso somos convidados a fazermos uma reflexão sobre as razões que levam as tecnologias digitais a não aparecerem articuladas nos currículos da maioria das escolas, bem como refletir sobre as possibilidades para superar os desafios impostos pelo uso ou desuso da mesma, conforme já estamos discutindo ao longo deste trabalho.

Para nos auxiliar a pensar o multiletramento e o web currículo em termos práticos, vamos buscar nos apoiar em conceitos que perfazem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este é, portanto um documento normativo para as redes de ensino públicas e privadas que a tomam como referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares, e propostas pedagógicas para o ensino fundamental I e II, e ensino médio. A BNCC define e/ou desenha o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens consideradas essenciais, que todos/as os/as alunos/as devem desenvolver ao longo do seu processo de escolarização, dentre os quais estão inclusos conhecimentos, competências e habilidades. Nas competências gerais a serem desenvolvidas no âmbito educacional segundo a BNCC estão;

- 1) Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2) Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3) Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção

artístico-cultural. 4) Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 09).

Contudo é importante perceber que não só a BNCC, mas também o Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência desde 25 de junho de 2014, por meio da Lei Nº 13.005, traz como meta para a educação brasileira a inovação tecnológica, bem como estabelece diretrizes, metas e estratégias, contemplando todos os níveis e etapas, da Educação Infantil até a Pós Graduação, para os próximos dez anos. Como previsto na Constituição Federal (CF) de 1988, o País tem a obrigação de planejar o futuro do ensino, objetivando oferecer uma Educação abrangente, como direito fundamental do cidadão, dever do Estado e da família. No entanto, cabe aos municípios, Estados e o Distrito Federal, aprovarem planos que adequem-se as suas realidades, sem perder de vista o que preconiza o PNE e a BNCC. Com vistas na inserção

tecnológica no processo de ensino e aprendizagem, como já mencionado acima, o Plano Nacional de Educação (PNE) engloba a inovação e a tecnologia como subterfugio para atingir os fins educacionais desejados, segundo dispõe as metas 5 (estratégias 5.3, 5.4 e 5.6) e 7 (estratégias 7.12 e 7.15), como disposto abaixo:

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação (BRASIL, 2014, n,p).

Com base em tudo que discutimos até aqui, fica claro que ambas destacam conhecimentos, atitudes e habilidades diretamente relacionadas com as TIC's, cabendo às escolas desenvolverem em suas praticas de ensino e aprendizagem. A simples constatação e demanda, é um encargo a ser realizado no chão da escola por professores/as, o que sobremaneira não aponta para uma solução, e sim para um entrave no campo educacional, pois como já discutido ao longo da pesquisa, as escolas não possuem condições ideias para a aplicação desses planos e metas, os/as próprios/as docentes são carentes de formação continuada nesse sentido, o que dificulta sobremaneira o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) em âmbito escolar, de forma diretiva e objetiva.

Para além do/a docente, devemos ainda, como ressaltado ao longo desta pesquisa, levar em consideração as condições socioeconômicas da maioria das famílias brasileiras e suas condicionantes socioculturais, pois por mais das vezes crianças, adolescentes e jovens não possuem ou não têm celulares, smartphones, notebooks ou computadores como ferramentas

pedagógicas para o ensino, aprendizagem e pesquisa, mas como meios de diversão e acesso á mídias de entretenimento.

Ademais reafirmamos uma vez mais que os recortes aqui propostos mostram-se essenciais para oportunizar a mudança que compreendemos ser necessária, que se não nos são oportunizadas as formas de facultarmos um ensino equânime e abrangente, que reconheça os/as sujeitos/as historicamente negados/as e excluídos/as, precisamos nos apegar ao que nos é oferecido, reformular, interagir, interferir, intervir, refazer para fazer diferente, não para destoar mais para adaptar, sem que com isso deixemos de lado o PNE e o que preconiza as amarras da BNCC, uma vez que estas estabelecem normativas, que determinam com isso regras, preceitos, padrões, modelos, para as redes de ensino públicas e privadas, o que a torna referência obrigatória para elaboração dos currículos, retirando com isso a singularidade do professor/a, que se ver amarrado/a á propostas pedagógicas pré-estabelecidas para o processo de ensino, o que deve ser compreendido como oportunidade para as reinvenções que perfazem a dinâmica vida em/na docência.

Como já discutido cada vez mais tem sido utilizadas as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), isso decorre do avanço e da multiplicação crescente, acesso e disponibilidade de computadores, telefones celulares, tabletes e afins. Os/As estudantes estão dinamicamente inseridos/as na cultura digital, e não somente como meros/as consumidores/as. Percebe-se que as crianças, adolescentes e jovens são protagonistas da cultura digital, e envolvem-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal de atuação social em rede. Todavia, essa cultura apresenta forte apelo emocional e induz por vezes ao imediatismo e a efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, sem preconizar a reflexão, tendo em vista a forma ágil e rápida pela qual interagimos e trocamos informações com o meio. Esses processos diferem dos modos de dizer e argumentar, característicos da vida escolar tradicional, sendo por isso essencial trabalhar não um currículo, mas ambos, ou seja, um currículo-híbrido que englobe o multiletramento e o web-curriculum.

[...] é imprescindível que a escola compreenda e incorpore [...] as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BNCC, p.61).

Partindo destas considerações acima, acreditamos que fica claro, que a nossa intenção não é extinguir ou diminuir o currículo, mas reelabora-lo, buscando um ensino que preconize a diversidade cultural histórica, social, cultural, e tecnológica. As possibilidades até aqui apontadas colaboram para a construção desse currículo e o web currículo, envolvendo para tanto as TIC's e o multiletramento, que oportunizaria escrevermos para além do papel e do lápis, mas igualmente nas máquinas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos passando por um momento complexo a nível político, e com isso os discursos se acirram e o pendulo do campo educação caminha sem luz, cambiando para o autoritarismo, radicalismo, e militarização, portanto tenhamos a coragem de assim se dizer “contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização” (Freire, 1996, p. 23). Assim a pedagogia que se funda no ensino, deve ser forjada com os/as sujeitos/as, não os tendo apenas como números, mas os compreendendo enquanto sujeitos/as inacabados/as e inconclusos/as, seres humanos em processo de evolução e aprendizagem da/na história.

Quando os sujeitos históricos descobrem que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 2005, p. 67), forjados na construção do conhecimento, numa relação de igualdade de saberes, são considerados autores de si, advindos de espaços antes desautorizados, como os assentamentos quilombolas, reservas indígenas e as zonas periféricas. Os saberes e fazeres partilhados nos diferentes espaços de construção do conhecimento passam a serem espaços de socialização, de uns com os outros, ato que marca a humanização, inserção, intercalação, interposição, nos tornando ser mais, diferente do ato de imersão que nos ofusca tal qual um astro, ao ser ocultado por outro, este outro é o grandiloquente histórico, os heróis, eleitos por uma história ainda fatalista, europeizada com requintes de positivismo, que busca a exclusão das gentes negras numa tentativa de nos torna menos, propositores de uma educação bancária, por isso desumanizadora e não equitativa.

Portanto, compreendamos o nosso lugar, tomando como contributo duas palavras geradoras, atos que marcam a passagem do ser menos para o ser mais, partindo das contribuições de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, quando diz:

Desta maneira, a inserção é um estado maior que a emersão e resulta da conscientização da situação. É a própria consciência histórica. Daí que seja a conscientização o aprofundamento da tomada de consciência, característica, por sua vez, de toda emersão (FREIRE, p.118, 2005).

Conscientizar-se é tomar para si o seu lugar no universo, o que nos faculta uma leitura abrangente de si e dos outros, de forma crítica, de modo a buscar a consciência histórica, escrita no tempo e espaço, através dos nossos semelhantes e dissemelhantes, dos pedaços que ficaram pelo caminho, e como catadores de vestígios, partimos historiadores

coletores de tudo que cheira a gente, para uma fábrica que não parte do nada para escrever, criar versões, mas que busca fabricar (histórias) a partir dos vestígios que o vento não soprou, mas que o solo e o sol solidificaram, de tal forma que nem a chuva os banhando conseguiu lapidar.

Após a coleta de dados, a visão crítica por vezes em interlocução com o mundo, com os lampejos historiográficos e a interdisciplinaridade, com pinceis de tempo-espço que sopram a poeira, e com o trabalho incessante do carpinteiro, decorrem daí às primeiras palavras (geradoras), uma nova versão da história. A história brota no papel, com marcas de sangue e suor. Trabalho comum, sacrifício compartilhado, com fios que encontramos pelo caminho, deixados pelo passado, e que ao longo do tempo se entrelaçam com o que costuramos no presente, estamos por isso a coser um passado, a fim de que seja possível juntar com os pontos feitos com agulha, e qualquer tipo de linha, os fios da história de um povo Brasil, que urge por inclusão e equidade, o povo afro-brasileiro e africano.

Se não buscarmos viabilizar esse processo, o perderemos de vista, e para que isto não venha a ocorrer, é necessário uma série de caminhos, que estamos apontando ao longo desta pesquisa, que se escreve com os materiais que o momento de sua produção a permitem, com empecilhos de toda ordem, e com as limitações deste simples pesquisador. Estamos em busca da viabilização do pensar ações que corroborem na construção de alternativas ao processo de ensino e aprendizagem da Língua, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, buscando com isso a conscientização, de forma pedagógica e viabilizada por meio das TIC's, sem esquecer a luta de classes, que se faz no acesso ou não desses meios tecnológicos no Brasil.

Tendo consciência de que o pendulo só irá destravar-se para abranger a educação multiculturalista e inclusiva, se tomarmos para nós esta missão, que não é de professores/as apenas, mas de todos/as, e não depende apenas de um esforço da academia, enquanto formadora dentro dos seus muros, mas dela para com o mundo na construção de pontes que interliguem o meio social e a educação básica. É necessário tornar toda investigação pedagógica, não simplória, mas acessível ao social, ao alcance do povo, para que estes sejam promotores da mudança no campo educacional.

A educação do olhar começa no esforço em entendermos o que o/a outro/a pensa, ouvi-lo/a, dialogar, construir pontes e inclusão, buscar realizar a construção de um saber que se torna popular, e que não deixa de ser por isso acadêmico. Trabalhamos com gente, não como objetos, e sim como seres humanos, que devem ser instigados a fazerem parte do

esforço intelectual do pensar. Pois segundo Freire (p.118, 2005), “quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando”. Investigar é, portanto procurar saber e descobrir o passado, usando-se das fontes disponíveis, e para isso apropriando-se delas, sem negar as possibilidades de inovações tecnológicas disponíveis no mundo contemporâneo, que são obras humanas, ferramentas para o nosso fazer.

Segundo Freire (p.118, 2005) “Educação e Investigação temática, na concepção problematizadora da educação, se tornam momentos de um mesmo processo”. Por isso, creditamos os conteúdos do Alfabantu essenciais à temática Afro na educação básica, uma vez que são organizados de forma dialógica e proporcionam a reinvenção do currículo e das aulas de Língua, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de forma dinâmica, tornando-a realizável, inovadora e interdisciplinar, uma vez que proporciona aprender história, cultura, e língua.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Tendências na Formação Continuada do Professor de Língua Estrangeira**. In: Ensino e Pesquisa, vol. 1, APLIEMG, 1997.

BEHAR, Patricia Alejandra (org.). **Modelos Pedagógicos de Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. In: O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 28 de Maio 2020.

BRASIL/MEC. **Plano Nacional da Educação**, Jun. de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 04 de Jun. de 2020.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category\\_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 de Abril de 2020.

BRASIL/MEC. **Política de Educação Conectada registra mais de 50% de adesão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/58221-politica-de-educacao-conectada-registra-mais-de-50-de-adesao>. Acesso em: 01 de Maio de 2020.

BRASIL/Educação Conectada. **Programa de Inovação Educação Conectada**. Disponível em: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>. Acesso em: 27 de Abril de 2020.

BÔAS, Bruno Villas. **Celular se torna principal meio de acesso à internet nos lares, diz IBGE**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1757972-celular-se-torna-principal-meio-de-acesso-a-internet-nos-lares-diz-ibge.shtml>. Acesso em 26 de Abril de 2020.

CAMPOLI, Clara. **52% das instituições de educação básica usam celular em atividades escolares, aponta estudo da Cetic**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/52-das-instituicoes-de-educacao-basica-usam-celular-em-atividades-escolares-aponta-estudo-da-cetic.ghtml>. Acesso em: 01 de Maio de 2020.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei->

[10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm](#). Acesso em: 22 de Abril de 2020.

CARNEIRO, Roberto. **As TIC e os novos paradigmas educativos: a transformação da escola em uma sociedade que se transforma**. in: Roberto Carneiro, Juan Carlos Toscano y Tamara Díaz, OEI – Fundación Santillana, Espanha, 2009. Disponível em: [http://www.labtime.ufg.br/modulos/educacao-conectada/mod1\\_sl2.html](http://www.labtime.ufg.br/modulos/educacao-conectada/mod1_sl2.html). Acesso em: 25 de Abril de 2020.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004.

COSTA, Cândida Soares da. **Imagens do Negro em livros didáticos adotados para o I triênio do século XXI, segundo indicação do MEC**. In: 27ª Reunião Anual da Anped. UFMT, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt21/p211.pdf>. Acesso em: 13 de Março de 2021.

CRAIDE, Sabrina. **Estudo mostra que Brasil tem pouca conectividade nas escolas**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-01/estudo-mostra-que-brasil-tem-pouca-conectividade-nas-escolas>. Acesso em: 01 de Maio de 2020.

FNDE. **MEC expande Educação Conectada e oferece internet para mais 24,5 mil escolas**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13156-mec-expande-educa%C3%A7%C3%A3o-conectada-e-oferece-internet-para-mais-24,5-mil-escolas>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários á Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. RJ: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **A máquina está a serviço de quem?** Revista BITS, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 6, 2001. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/123456789/24>. Acesso em: 02 de Maio de 2020.

FREITAS, Madalena Dias Silva e JESUS, Natal Ferreira de. **População Negra Brasileira: Reflexo e Imagem no Livro Didático.** In. IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2011. Disponível em: <http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/historia/co/435-1101-1-SM.pdf>. Acesso em: 18 de Março de 2020.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica de Aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONGORRA, Fábio Vinicius. **O Passado em Bits:** Uma investigação sobre o uso de fontes em suporte digital no ensino de História. Dissertação (mestrado profissional em ensino de História) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2018.

JÚNIOR, Paulo Antônio Pasqual. **Pensamento Computacional e tecnologias:** Reflexões sobre a educação no século XXI. Caxias do Sul-RS: Educs, 2020.

Laboratório de Educação. **Alfabantu: aplicativo ensina idioma africano.** Disponível em: <https://labedu.org.br/alfabantu-aplicativo-ensina-idioma-africano/>. Acesso em: 04 de Maio de 2020.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Imagens e representações dos negros nos livros didáticos e no cinema brasileiros.** Revista Ameríndia - v.8, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/view/1646>. Acesso em: 17 de Março de 2022.

LOPES, Larrisa. **Aplicativo brasileiro ensina língua africana para crianças.** Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2018/02/aplicativo-brasileiro-ensina-lingua-africana-para-criancas.html>. Acesso em: 04 de Maio de 2020.

Lunetas. **Alfabantu: aplicativo ensina idioma africano para crianças.** Disponível em: <https://lunetas.com.br/alfabantu-aplicativo-africano-criancas/>. Acesso em: 04 de Maio de 2020.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **O Negro em Folhas Brancas**. Cadernos da Graduação IFCH/UNICAMP - Nº 2. Campinas-SP: 2002.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino e CARDOSO, Ivanilda Amado. **Os desafios para implementar história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12692/os-desafios-para-implementar-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana-nas-escolas>. Acesso em: 20 de Abril de 2020.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos**: Estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 - (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SOARES, A. **Considerações sobre a Autonomia Moral e Intelectual em Portadores de Altas Habilidades**: uma Reflexão Crítica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36607>. Acesso em: 24 de Abril de 2020.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artemed, 2000.

SCHÖN, Donald A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, António (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

TEIXEIRA, Rozana. **A Representação Social do Negro no Livro Didático de História e Língua Portuguesa**. In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC/PR, 2009. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/2079\\_1091.pdf](https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/2079_1091.pdf). Acesso em: 13 de Março de 2021.

TRAJANO, Camila dos Santos. **Representações de Pessoas Negras no Livro Didático de História do Ensino Fundamental II**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14215>. Acesso em: 20 de Março de 2020.

VIEIRA, Kauê. **Alfabantu: Professora cria aplicativo para ensinar idioma africano nas salas de aula**. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/11/alfabantu-professora-cria-aplicativo-para-ensinar-idioma-africano-nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2922/TeseEMZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 dez. 2020.

ZEICHNER. K.M.A. **El maestro como profesional reflexivo**. In: Cuadernos de Pedagogia. No. 220. pp. 44-49, 1992.